



O Semi-Árido brasileiro

Novembro de 2002

SUMÁRIO

Apresentação	5
Introdução	7

PARTE 1 - A TRAJETÓRIA

O semi-árido brasileiro: Características e perspectivas de intervenção	10
Das ações de emergência a uma política de convivência: A trajetória da Cáritas no semi-árido brasileiro	17
Ações do PCSA: Nos rumos da convivência e da sustentabilidade	27
Desafios e perspectivas para a ação cáritas no semi-árido brasileiro	47

PARTE 2 - EXPERIÊNCIAS

Projeto-piloto na sub-bacia do rio Calhauzinho Gestão Participativa de Recursos Hídricos	56
Projeto Fecundação de Coronel José Dias A Convivência com o Semi-Árido Piauiense	61
Projeto Água de Chuva A Construção de Parcerias no Sertão da Bahia	66
Projeto Água na Escola A educação no Semi-Árido paraibano	70
Fórum Cearense pela Vida do Semi-Árido	76

A história recente da Cáritas Brasileira tem sido profundamente marcada por um sério compromisso com a transformação da sociedade. Sua missão expressa muito bem este compromisso: *trata-se de promover e animar o serviço da solidariedade ecumênica libertadora, participar da defesa da vida, da organização popular e da construção de um novo projeto de sociedade a partir dos excluídos e excluídas, contribuindo para a conquista da cidadania para todas as pessoas a caminho do Reino de Deus.* Destes aspectos da missão da Cáritas decorre um compromisso cada vez mais sólido com a conquista de cidadania para uma grande parcela de homens e mulheres que habitam na região semi-árida brasileira.

A publicação que ora apresentamos tem por objetivo expressar esse compromisso, especificamente voltado para a realidade e atuação da Cáritas no Semi-Árido brasileiro. Este compromisso com a solidariedade na região semi-árida sempre esteve pautado pela busca de alternativas e pela construção de soluções que visem a superar as situações de calamidade e de miséria pelas quais passam milhões de pessoas – velhos, adultos, jovens e crianças – especialmente por ocasião de grandes estiagens.

Nos anos de 1997-98, sobreveio, mais uma vez, uma grande seca na região. Coube à Cáritas convocar toda a sociedade para um grande mutirão intitulado “Campanha de Solidariedade aos Povos do Semi-Árido”. Surge, então, a necessidade da realização de um trabalho solidário e voluntário com vistas a sanar, ou pelo menos amenizar o sofrimento dessa gente. O Brasil inteiro atendeu aos apelos da Cáritas Brasileira para a concretização dessa Campanha, cuja ação maior e mais imediata consistia na arrecadação de alimentos. Mais de duzentas mil famílias puderam ser socorridas.

Essa Campanha foi o impulso para o lançamento de uma nova proposta de atuação da Cáritas na região, juntamente com outras entidades, baseada no conceito de *convivência com o semi-árido*. Trata-se de estabelecer novas relações de homens e mulheres da região com o seu meio ambiente e com os recursos naturais locais. Passa-se, então, de uma campanha emergencial ao “Programa de Convivência com o Semi-Árido”, cuja proposta básica é de contribuir para a conquista da cidadania e da dignidade para todas as pessoas construtoras desse novo ideal de *convivência*. Trata-se de uma ação conjunta que se dá em cada diocese, em cada regional e nas ações nacionais em busca da igualdade de direitos.

A convivência com o semi-árido é possível na medida em que há a união de mais de 800 entidades, hoje integrantes da ASA - Articulação com o Semi-Árido Brasileiro – que vêm propondo alternativas e demonstrando que elas podem ser concretizadas, desde que haja uma sociedade organizada e participativa e em sintonia com as necessidades e as dificuldades do povo do Semi-Árido.

Assim, a história da atuação da Cáritas na região semi-árida vai sendo contada a partir dos novos e diferentes projetos nos quais as ações emergenciais dão lugar a ações pró-ativas, demonstradas em experiências que estão dando certo, como o Projeto Gestão Participativa de Recursos Hídricos, na sub-bacia de Calhauzinho, em Minas Gerais; do Projeto Fecundação, em processo de implementação no município de Coronel José Dias, no Piauí; do Projeto Água de Chuva, implementado na Diocese de Rui Barbosa, na Bahia; do Projeto Água na Escola, realizado na Paraíba; e da experiência do Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido, em Fortaleza/CE; todas regiões que convivem com o semi-árido.

Dessas lições de trabalho cooperativo e solidário, surge um novo modo de viver com a natureza, de conviver com uma região adversa, de enfrentar, com força e luta constante, as intempéries da vida e de construir, com muito trabalho e participação, um novo mundo a *caminho do Reino de Deus*.

Anadete Gonçalves Reis
Coordenadora do Programa de
Convivência com o Semi-Árido

José Magalhães de Sousa
Diretor-Executivo Nacional

INTRODUÇÃO

O semi-árido brasileiro tem sido palco de intervenções que, via de regra, têm como causa-pretexa a busca de soluções que respondam à situação de miséria em que vive a maioria da sua população, agravada pelos recorrentes períodos de seca e pelos impactos das intervenções inadequadas na região.

Ao longo de sua existência, a Cáritas Brasileira tem se preocupado com os milhões de excluídos que residem no semi-árido brasileiro, com suas péssimas condições de vida agravadas nos períodos de secas, reforçando um cenário de enormes injustiças sociais. A Cáritas Brasileira atua nessa realidade através da realização de campanhas de solidariedade em momentos emergenciais de calamidade; no desenvolvimento de ações permanentes de formação e de apoio às organizações comunitárias; nas iniciativas comunitárias de geração e melhoria de renda; na disseminação de tecnologias apropriadas de manejo de recursos hídricos; e no apoio efetivo para construção de pequenos reservatórios de captação e armazenamento de água de chuva para o abastecimento familiar.

Nos últimos anos, a Cáritas Brasileira tem desenvolvido uma intervenção pró-ativa na região (atuando sobre as causas dos problemas e não sobre as suas conseqüências) por meio da formação para a cidadania, da universalização do acesso à água para o consumo humano e da produção. Dessa forma, o Programa de Convivência com o Semi-Árido (PCSA) objetiva melhorar as condições de vida das famílias sertanejas. O que ordena o pensamento da Cáritas na atualidade é o conceito de convivência com o

A Cáritas Brasileira tem atuado de forma pró-ativa no semi-árido brasileiro nos últimos anos, enfrentando as causas dos problemas, com objetivo de melhorar a vida da população da região. Essa atuação se dá por meio da formação para a cidadania, da universalização do acesso à água para consumo humano e da produção.

Semi-Árido, tendo por referência uma concepção de desenvolvimento sustentável, onde são valorizadas as potencialidades naturais, despertando também os valores culturais da população, contemplando as questões de gênero e de geração. A Cáritas entende que essa convivência é possível com a implementação de ações que proporcionem condições e qualidade de vida, bem como a produção adequada às variações climáticas da região.

Há um largo reconhecimento da importância das ações realizadas pelo PCSA no apoio às iniciativas comunitárias de produção e recursos hídricos. No entanto, há a preocupação em avaliar as repercussões dessas ações nas políticas públicas, no sentido da construção de alternativas de desenvolvimento sustentável no semi-árido brasileiro. Foi assim que surgiu a idéia da sistematização da trajetória recente da Ação Cáritas no Semi-Árido, fruto da reflexão das várias instâncias da Cáritas Brasileira sobre suas práticas e sobre a compreensão dos novos significados e propostas em torno do PCSA.

As reflexões sistematizadas no presente documento foram distribuídas em quatro partes: na primeira, faz-se uma breve análise da realidade do semi-árido brasileiro e das concepções que informam as políticas de intervenção nessa realidade; em seguida é feito um resgate da trajetória da Cáritas Brasileira no Semi-Árido nos anos 90, destacando as mudanças de concepção e de práticas; a terceira parte apresenta os principais resultados das ações do PCSA; por fim, o documento registra uma síntese das reflexões sobre os desafios e perspectivas da Ação Cáritas no âmbito do semi-árido brasileiro.

A Cáritas Brasileira acredita que esta sistematização deverá se transformar em mais um instrumento de trabalho, que sirva tanto aos seus agentes quanto às entidades parceiras nacionais e internacionais, contribuindo para o aperfeiçoamento de sua intervenção no semi-árido brasileiro. Sendo um trabalho feito a muitas mãos, pretende continuar a provocar debates. Nesse sentido, as futuras contribuições serão bem-vindas.



1

A TRAJETÓRIA

O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO

As regiões semi-áridas se caracterizam, de modo geral, pela aridez do clima, pela deficiência hídrica com a imprevisibilidade das precipitações pluviométricas e pela presença de solos com limitações para uso agropecuário, com riscos de degradação ambiental (desertificação). As áreas áridas e semi-áridas estão presentes em diversos locais do planeta e se diferenciam entre si pelas suas especificidades ambientais, extensão, densidade demográfica, formas de ocupação humana e exploração dos recursos naturais.

O semi-árido brasileiro é o maior do mundo em termos de extensão e de densidade demográfica. Com uma área de aproximadamente 980.000 km², abrange 80% do território da região Nordeste – parte dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia - e o norte de Minas Gerais e Espírito Santo e leste do Maranhão, onde vivem cerca de 21 milhões de habitantes, em áreas urbanas e rurais. A insuficiência de chuvas, a temperatura elevada e a alta taxa de evaporação são características que se refletem nas demais condições naturais da zona semi-árida, isto é, na disponibilidade de recursos hídricos, nas características dos solos, no modelamento da paisagem e na vegetação predominante. Nessa parte do território brasileiro são encontrados fortes desequilíbrios sociais e ambientais que assumem proporções de calamidade, com a ocorrência de secas freqüentes que desorganizam a fragilizada estrutura de produção da região.

Apesar dessas características gerais, o Semi-Árido é uma realidade complexa, tanto no que se refere aos aspectos geofísicos, quanto à ocupação

RESULTADOS QUANTITATIVOS

O Semi-Árido brasileiro é o maior do mundo com área de **980.000 km²**. Abrange **80%** do território **da região Nordeste** – parte dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia – e **norte de Minas Gerais e Espírito Santo e leste do Maranhão**.

Na região, vivem **21 milhões de habitantes** em áreas urbanas e rurais.

humana e à exploração dos seus recursos naturais. Quanto aos aspectos ambientais, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, identificou as várias unidades geoambientais na região, formadas por paisagens características de sertão, os vales úmidos, as áreas serranas etc¹. A complexidade é percebida nas atividades econômicas, com a coexistência de áreas com culturas tradicionais e as de modernização intensa; das práticas agrícolas de sequeiro para subsistência e a agricultura irrigada para exportação. Essa diversidade de ambientes edafoclimáticos traz vantagens comparativas para a região, exigindo mudanças nas formas de conceber e intervir nessa realidade, aproveitando suas potencialidades, como por exemplo, a luminosidade, o calor e a baixa umidade que são elementos diferenciais para o desenvolvimento da fruticultura irrigada na região.

Mas foi exatamente o desconhecimento da complexidade do Semi-Árido que conduziu à introdução de práticas agropecuárias inadequadas provocando ou agravando desequilíbrios ambientais. A ocupação do Semi-Árido, a partir da colonização, se deu com a introdução de práticas econômicas e culturais que desvalorizavam o conhecimento da realidade local. A dizimação das civilizações indígenas que viviam na área interrompeu uma tradição, uma cultura de convivência com o Semi-Árido.

Expansão desordenada

Desde o início da colonização predomina na região uma economia, principalmente de subsistência, que foi se expandindo desordenadamente à medida que a população aumentava, penetrando e ocupando o território, sem levar em conta a sua capacidade de suporte, agravando o desequilíbrio entre os recursos naturais ofertados e as novas demandas.

As queimadas, os desmatamentos desordenados e o uso de defensivos e fertilizantes químicos também ocasionaram o empobrecimento dos solos, pondo em risco os ecossistemas e a própria vida humana. A moderna agricultura

1 Sobre essa classificação ver o trabalho da EMBRAPA: Zoneamento agroecológico do Nordeste: diagnóstico do quadro natural e agrossocioeconômico. Petrolina, EMBRAPA-CPATSA-SNLCS, 1993. 2v.

irrigada, que vem ocupando áreas indiscriminadamente no Semi-Árido, agrava as fragilidades ambientais com práticas tradicionais e modernas que levam à desertificação, à salinização de solos, à degradação das nascentes, à extinção de espécies vegetais típicas das matas ciliares, à supressão de cultivos seculares, e a processos erosivos intensos decorrentes de manejos inadequados com a consequente diminuição da produção e produtividade agrícola.

A agropecuária e a mineração predatórias, além do desmatamento, têm provocado a desertificação de grandes áreas do semi-árido brasileiro. Marcada pela perda gradual da fertilidade biológica do solo, a desertificação nessas regiões é resultado sobretudo do cultivo inadequado da terra associado a

A agropecuária, a mineração e o desmatamento predatórios têm provocado a desertificação de grandes áreas do semi-árido, que somam cerca de 18 mil km². A região também apresenta um cenário de enormes contradições sociais, com os piores índices de analfabetismo e mortalidade infantil

variações climáticas locais e às características do solo – pedregoso ou impermeável, com evaporação elevada por causa das altas temperaturas do clima Semi-Árido. O estágio atual de desertificação no Nordeste é tão grave que a natureza levaria cerca de mil anos para revertê-lo.

Além das fragilidades ambientais e econômicas, essa região tem sido cenário de enormes contradições e injustiças sociais. Para a maioria das pessoas que residem no Semi-Árido, ser cidadão é um desejo e uma utopia. No semi-árido brasileiro encontram-se os piores indicadores sociais de analfabetismo², mortalidade infantil³, entre outros. O *Mapa do Fim da Fome*⁴, lançado em julho de 2001 pela Fundação Getúlio Vargas, revela que a indigência atinge 52,6% da população que reside no Nordeste (25.065.501 pessoas), o que corresponde a 50,5% da população indigente brasileira. Nessa realidade, as situações de estiagem prolongada, conhecidas há centenas de anos, tendem a agravar a situação estrutural de miséria da

2 O Nordeste mantém a pior taxa de analfabetismo funcional (pessoas com menos de 4 anos de estudo), chegando a 46,2%, enquanto a média brasileira é de 29,4%. Já a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos e mais na Região é de 26,6%, enquanto a média nacional caiu para 13,3%.

3 A taxa de mortalidade infantil no Nordeste, embora tenha sido reduzida nos últimos anos, chega a uma média de 53 por mil nascidas vivas, enquanto a média nacional é de 34,5 por mil.

4 A indigência é considerada como a insuficiência de renda para se comprar uma cesta de alimentos que cubra minimamente as necessidades calóricas básicas.

maioria da população, ocasionando situações de calamidade pública; muito embora o problema da miséria não seja ocasionado pela falta de água, porque onde tem água também pode haver miséria.

Os Recursos Hídricos no Semi-Árido e as Estiagens Prolongadas

Viver na região semi-árida brasileira significa conviver com a irregularidade das chuvas e não propriamente com a falta de chuvas. Essa irregularidade vai desde as fortes precipitações em tempos normais, na estação chuvosa, até as grandes secas. Mesmo assim, o semi-árido brasileiro é um dos que detém o maior índice pluviométrico em comparação a outros Semi-Áridos no mundo. Na região ocorrem uma ou duas estações de chuva, de 4 a 5 meses de duração. A pluviosidade média varia entre 300 e 800 mm/ano. As temperaturas médias variam de 23 a 39° C, com forte evaporação potencial (mais de 2.000 mm/ano).

No semi-árido brasileiro existem apenas dois grandes rios permanentes (o São Francisco e o Parnaíba); os demais são intermitentes (enchem nas épocas de chuva). Quanto às reservas de água subterrânea, estudos revelam que metade da área da região semi-árida é composta por embasamento cristalino, com acumulação de água (geralmente salobra) apenas nas fraturas, mas na outra metade, composta de terrenos sedimentares, as águas subterrâneas são relativamente abundantes, com poços jorrantes com água de excelente qualidade.

Em determinadas áreas da região, as secas são constantes, com baixas taxas pluviométricas durante o ano. Este problema agrava-se em alguns períodos mais longos de estiagem, caracterizando as “grandes secas”. Estudos documentais demonstram que, até o ano de 1999, ocorreram 28 anos de seca na região no século XX. A seca ocorre quando as chuvas são insuficientes ou irregulares demais para permitir produção que assegure a subsistência das famílias. Na prática, o flagelo da seca decorre da distribuição das chuvas de forma incompatível com as necessidades hídricas das culturas de subsistência da

Embora seja um dos maiores agravantes da fome e da miséria, a seca não é, necessariamente, a causa principal dos problemas do Nordeste. Essa visão distorcida, encobre os determinantes estruturais desses problemas, como a apropriação indevida e o uso eleitoreiro de recursos públicos por privados

população rural que, mesmo em anos normais, já vive em condições-limite da pobreza.

Os fatores determinantes das secas têm proporção planetária e são influenciados por diversos fenômenos, dentre os quais vale destacar: a diferença de temperatura superficial, as águas do Atlântico Norte, que são mais quentes, e do sul, frias; deslocamento da zona de convergência intertropical para o Hemisfério Norte, em épocas previstas para permanência no Sul; e o fenômeno conhecido como El Niño, caracterizado pelo aumento da temperatura no Oceano Pacífico Equatorial Leste. A topografia acidentada do Nordeste e a alta refletividade da crosta são os principais fatores locais inibidores de produção de chuvas.

A água usada pela família sertaneja é insuficiente e imprópria para consumo humano, sendo a causa do aumento de doenças e dos elevados níveis de mortalidade infantil. Por isso, no semi-árido a luta pela água é a luta pela vida

Embora a seca seja um dos maiores agravantes da fome e da miséria na região Nordeste, não significa que seja a causa principal dos problemas regionais, encobrendo seus determinantes estruturais. Esta concepção distorcida, não raras vezes, tem se traduzido em um discurso legitimador da apropriação privada de recursos públicos, ou seja, a manutenção dos seculares efeitos de prolongadas estiagens tem fortalecido parcelas do poder político no Nordeste e, conseqüentemente, no cenário nacional. Dessa forma, é possível compreender como tais forças políticas (geralmente tradicionais) se aproveitam dos períodos de seca para aumentar o seu poder sobre as parcelas empobrecidas da população, por meio do controle dos recursos públicos e de meios fundamentais para sobrevivência dos pequenos produtores rurais: a terra e a água.

A seca se transforma em flagelo social quando as condições sociais, econômicas e políticas o favorecem. As estiagens prolongadas geram uma crise na economia rural que assume proporções de calamidade ao incidir sobre a crise estrutural permanente da economia local. É evidente que as vítimas preferenciais desse fenômeno são os pequenos produtores rurais (sem-terra, pequenos proprietários etc.), historicamente excluídos do acesso à terra, à água, ao crédito etc.

O maior problema para a família sertaneja no período não-chuvoso é o abastecimento de água para o consumo humano e animal. Além da dificuldade

de acesso à água para o consumo humano em quantidade suficiente, as famílias residentes no Semi-Árido consomem água de péssima qualidade, sem um tratamento adequado. Esse consumo de água imprópria tornou-se uma prática tradicional, naturalizada, embora tenha como consequência direta o aumento de inúmeras doenças, com elevados níveis de mortalidade infantil. É por isso que no Semi-Árido a luta pela água é a luta pela vida, constituindo-se numa questão essencial de cidadania e liberdade. Contudo, tem sido utilizada pelas elites brasileiras e nordestinas como instrumento de manobra e manipulação política. A seca, a fome e a miséria são uma dívida social histórica.

As Concepções e Perspectivas de Intervenção nas Problemáticas do Semi-Árido Brasileiro

Ao longo do tempo foi sendo construída uma imagem do Semi-Árido marcada pelo atraso econômico de uma região assolada por secas, retirantes e dominada por coronéis. São exatamente essas concepções que informam e justificam as medidas adotadas para o combate às consequências da seca, da pobreza e da miséria.

De modo geral, as formas de intervenção do Estado brasileiro no Semi-Árido têm se caracterizado pelo emergencial, fragmentado e descontínuo dos programas desenvolvidos nos momentos de calamidade pública. Outra característica histórica da ação estatal é a construção de grandes obras hídricas que favorecem os *lobbies* das empreiteiras, a grande propriedade rural e as grandes áreas de agricultura irrigada. As ações emergenciais e paliativas são justificadas, alimentando o que era chamado de “indústria da seca”, fortalecendo a concentração de poder e riqueza e mantendo a miséria da população. Na maioria dos casos as políticas de combate à pobreza no Semi-Árido são descontínuas, desarticuladas e desvinculadas da cidadania; apenas parte dos recursos disponibilizados chega aos beneficiários e os seus canais de decisão são centralizados e clientelistas.

Pode-se identificar também uma concepção economicista formando as políticas públicas no Semi-Árido que, neste caso, é visto como um espaço

A Cáritas se coloca dentre os atores comprometidos com um novo modelo de desenvolvimento sustentável, democrático e participativo.

do mercado onde as instituições empresariais podem desenvolver suas operações de capital. Nestes casos, predomina a lógica do mercado sobre o discurso da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento humano. As pessoas e os recursos ambientais são vistos na perspectiva empresarial, como capital social e potencialidades para o crescimento econômico. A sustentabilidade resume-se à viabilidade técnica e econômica dos projetos de financiamento. As grandes barragens contribuem para a concentração da água, alagam faixas de terras cultiváveis, deslocam cidades inteiras e pioram as condições de vida das populações ribeirinhas que nunca são consideradas nos processos de planejamento.

Nova mentalidade

Nos últimos anos vem ganhando espaço e importância uma outra concepção de sustentabilidade que traz consigo um conjunto de alternativas de convivência com o Semi-Árido. O Semi-Árido é um complexo de ecossistemas que tem limites e potencialidades, sendo, portanto, um espaço de convivência. Essa convivência deve ser reconstruída com base no seguinte tripé: a sustentabilidade ambiental, a qualidade de vida das famílias sertanejas e a capacidade de geração de renda com culturas apropriadas.

O principal desafio é a reconstrução de valores, princípios e prioridades que orientem novas concepções de desenvolvimento sustentável. A baixa disponibilidade hídrica pode ser enfrentada com uma gestão adequada da escassez, com a captação de água de chuva e outras formas apropriadas de manejo de recursos hídricos que dependem, em grande parte, de mudanças de conhecimentos e atitudes por parte da população e dos governantes. Nos últimos anos novas tecnologias produtivas foram experimentadas na região, abrindo possibilidades de desenvolvimento sustentável. Essas alternativas precisam de maiores incentivos. O desafio é ampliar a participação da sociedade civil para fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações associativas.

É de acordo com esta perspectiva que a Cáritas tem orientado as suas ações, priorizando as alternativas apropriadas de convivência com o semi-árido, conforme veremos no próximo capítulo.

DAS AÇÕES DE EMERGÊNCIA A UMA POLÍTICA DE CONVIVÊNCIA: A TRAJETÓRIA DA CÁRITAS NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

Não é de hoje que a Cáritas Brasileira se preocupa com a população empobrecida que reside no semi-árido brasileiro e que tem sua condição de vida agravada nos períodos prolongados de estiagem, reforçando um cenário de enormes contradições e injustiças sociais. Ao longo de sua história, a Cáritas está presente nessa realidade por meio de diversas formas de atuação. Nos últimos anos, a Cáritas vem assumindo um grande desafio de passar de uma ação reativa para um programa permanente e pró-ativo de convivência com o Semi-Árido. Essa mudança de concepção é fruto sobretudo dos resultados significativos de iniciativas realizadas, onde a formação para a cidadania, a universalização do acesso à água para o consumo humano e a produção são elementos estratégicos para a melhoria da qualidade de vida na região.

A trajetória de intervenção da Cáritas no semi-árido brasileiro na década de 90 foi marcada por duas grandes secas (1991/1993 e 1997/1998), nas quais a Cáritas realizou dois programas de solidariedade, conforme veremos a seguir.

A Seca 1991/1993 e o Programa de Solidariedade aos Povos do Semi-Árido

Entre 1991 e 1993 o semi-árido brasileiro viveu uma das piores secas das últimas décadas, com três anos consecutivos praticamente sem chuvas. De acordo com a SUDENE, a seca atingiu 69,23% de todos os municípios nordestinos, atingindo mais de 11 milhões de pessoas que residiam na área rural. O agravamento da situação estrutural de pobreza era expresso pelo desespero das famílias empobrecidas que perderam suas lavouras e os pequenos rebanhos, além da dificuldade de acesso à água. As mobilizações e lutas dos movimentos sociais organizados e os saques por iniciativas próprias dos trabalhadores e trabalhadoras rurais resultaram em ações

governamentais emergenciais de distribuição de água, alimentos e na organização das frentes de trabalho.

Diante da situação de calamidade, a Cáritas criou o Programa de Solidariedade aos Povos do Semi-Árido, num momento em que no Brasil havia uma forte discussão sobre a questão da fome e da indigência, resultando em mobilizações da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida. O instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA havia elaborado e divulgado o “Mapa da Fome”, revelando que no país havia 32 milhões de brasileiros que sobrevivem abaixo da linha de pobreza absoluta, isto é, na indigência. Na região semi-árida, a seca prolongada de 1991 a 1993 atingia milhares de pessoas. O Programa da Cáritas, de caráter emergencial, teve por base o fornecimento de alimentos, evitando o assistencialismo e a dependência das famílias participantes.

Em parceria com o Programa Mundial de Alimentos – PMA e várias instituições locais, o Programa de Solidariedade adotou a estratégia de alimentos por trabalho, isto é, ao mesmo tempo em que proporcionava uma garantia mínima de segurança alimentar, fortalecia as organizações locais na realização de obras de infra-estrutura hídrica e de atividades produtivas. O programa tinha por objetivos garantir alimentos para famílias na área da seca, desenvolver atividades que pudessem contribuir significativamente para minimizar o problema das famílias atingidas pela seca, fortalecer as iniciativas comunitárias e articular as ações de solidariedade da Igreja naquela realidade.

Foram adquiridas e distribuídas 4,2 mil toneladas de alimentos com 20 mil famílias no sistema alimento por trabalho, organizada em 500 grupos comunitários; foram apoiados projetos de infra-estrutura hídrica (dessalinizadores, barreiros, pequenos açudes, poços artesianos e amazonas); a ativação de bancos de sementes, com a aquisição de 3,7 toneladas de sementes beneficiando cerca de cinco mil trabalhadores rurais, e adquirida uma perfuratriz para a abertura de poços artesianos na região de Bonfim, na Bahia.

A avaliação feita pela Cáritas Brasileira sobre os resultados do Programa mostrou que foi possível desenvolver uma ação de distribuição de alimentos articulada ao apoio de iniciativas permanentes, com participação direta dos grupos comunitários, rompendo com a dependência

característica dos programas emergenciais tradicionalmente implantados no Semi-Árido.

Entre 1995 e 1997 a Cáritas manteve a sua presença ativa no Semi-Árido por meio das ações das Cáritas regionais, Cáritas diocesanas e das entidades-membro, aprimorando ações de apoio a infra-estrutura hídrica e de geração de renda junto a grupos e organizações comunitárias. Também nesse período a Cáritas Brasileira apoiou e participou de vários eventos sobre a questão do semi-árido brasileiro, expondo e discutindo as suas experiências e buscando novos direcionamentos para melhorar as ações e contribuindo para a construção de alternativas viáveis. Essas discussões influenciaram a elaboração de um novo programa de intervenção no Semi-Árido durante a seca de 1997/98.

A Seca 1997/1998 e o Programa El Niño de Ações Preventivas e Emergenciais

Em 1997 a Cáritas dá início à elaboração de um novo programa para apoiar as famílias que teriam suas condições de vida agravadas por mais uma estiagem no Semi-Árido. Os prognósticos e observatórios de meteorologia apontavam para a escassez de chuvas a partir do início de 1998, que seria marcado pelas baixas precipitações pluviométricas, diante da ocorrência do fenômeno “El Niño”.

Considerado um dos fenômenos naturais determinantes da ocorrência de secas no semi-árido brasileiro, o “El Niño” caracteriza-se pela elevação da temperatura das águas no Oceano Pacífico, influenciada por diversos fatores naturais, estando relacionado com anomalias climáticas persistentes em várias áreas do globo terrestre. No Brasil, a ocorrência do EN produz impactos no Sul/Sudeste, com as enchentes provocadas pela retenção de frentes frias na região, e no Norte/Nordeste com um déficit de precipitações pluviométricas ocasionando fortes secas.

O Programa El Niño de Ações Preventivas e Emergenciais lançado pela Cáritas em 1997, tinha como objetivo contribuir para minimizar os impactos do fenômeno EN junto a uma parcela da população vulnerável do Semi-Árido, através da combinação de atividades político-pedagógicas que

contribuíssem para a convivência do sertanejo com a realidade do Semi-Árido. As diretrizes gerais que orientaram as ações do Programa foram definidas a partir da necessidade de combinação do caráter emergencial e permanente das ações e da articulação entre as intervenções localizadas e as gerais. Para isso, seria necessário mobilizar e sensibilizar a Igreja para uma ação conjunta, além de estabelecer articulações e parcerias com organizações e movimentos sociais, ampliando a capacidade de intervenção. A seqüencialidade seria garantida na medida em que as ações emergenciais reforçassem as estruturas de produção e abastecimento d'água e os processos organizativos comunitários em áreas priorizadas. A sustentabilidade do Programa seria resultado dos processos pedagógicos que deveriam gerar autonomia às organizações locais, a construção de uma visão crítica das estruturas de dominação no Semi-Árido, despertando para necessidade de transformações nessa realidade. O Programa dava ênfase ao desenvolvimento de experiências significativas que tivessem efeito multiplicador, enquanto instrumentos propositivos na formulação de políticas públicas, potencializando a convivência na região semi-árida.

Nesse mesmo período, em virtude do agravamento da situação, a Cáritas Brasileira desenvolveu e coordenou em nível nacional a Campanha de Solidariedade aos Povos do Semi-Árido. Na primeira etapa, os recursos e alimentos arrecadados foram distribuídos a 213 mil famílias sertanejas. Na segunda etapa, a Campanha teve ampla repercussão na mídia nacional, convocando a população a contribuir com recursos financeiros para a construção de pequenas iniciativas comunitárias, sobretudo as cisternas de placas para a captação de água da chuva.

As Avaliações do Programa El Niño e as Bases de Construção de um Programa Permanente no Semi-Árido

O Programa El Niño tinha como uma de suas diretrizes a descentralização coordenada e o fortalecimento da capacidade operacional das equipes regionais da Cáritas no Semi-Árido. Com isso, em 1998 foi formada a *Comissão Nacional do Programa* com representantes dos regionais de Minas Gerais, Piauí, Ceará, NE II (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e

Alagoas) e NE III (Bahia e Sergipe). A Comissão tinha como atribuições a coordenação e avaliação das ações do Programa, definindo as medidas necessárias ao seu fortalecimento e expansão.

Transcorridos aproximadamente dez meses do início do Programa EN, aconteceu o primeiro encontro para avaliação e apresentação de novas perspectivas e encaminhamentos, realizado em Salvador/BA, em setembro de 1998. Foi enfatizada a importância da articulação entre as ações emergenciais e ações estruturadoras, definindo que os recursos arrecadados na Campanha de Solidariedade fossem direcionados, prioritariamente, às obras permanentes de infra-estrutura hídrica.

Em maio de 1999, a Cáritas promoveu o Seminário Nacional sobre “Políticas de Intervenção no Semi-Árido”, realizado no município de São Raimundo Nonato/PI. Durante o evento, pretendia-se fazer uma reflexão crítica das políticas governamentais e não-governamentais de intervenção no semi-árido brasileiro, além de avaliar se a atuação da Cáritas na região, a partir das medidas coordenadas no Programa El Niño, estavam sendo, de fato, ordenadas pelo conceito de convivência com o Semi-Árido, entendido como a implementação de ações que proporcionem condições e qualidade de vida, bem como uma produção adequada às variações climáticas da região.

Naquele evento, os regionais apresentaram um balanço das ações realizadas no período de maio/98 a abril/99 e dos impactos que já podiam ser visualizados. Os regionais destacaram os resultados alcançados a partir das ações realizadas. O principal deles era o acesso à água de qualidade para o consumo humano, com uma série de outros desdobramentos para a melhoria da qualidade de vida das famílias participantes. Outro resultado destacado era o fortalecimento político-organizativo das comunidades, com o despertar para a importância das ações permanentes e a valorização da captação de água das chuvas. Além das ações localizadas, o Programa tinha incentivado a criação e fortalecimento de fóruns estaduais de articulação de entidades que atuam no Semi-Árido, com a participação e apoio efetivo dos regionais da Cáritas Brasileira.

Apesar das ações e resultados acima destacados, permaneciam alguns desafios a serem enfrentados para avançar nos processos de intervenção

nas problemáticas do Semi-Árido. O principal deles era a dificuldade de intervenção nas políticas públicas para o Semi-Árido, que continuavam com as mesmas características históricas: caráter paliativo, descontinuidade e alvo de manipulação política. Outro grande desafio era falta de conhecimento aprofundado sobre as realidades locais do Semi-Árido, o que resultava na não valorização das potencialidades das comunidades.

Diante dos desafios e das potencialidades avaliados, seria necessário fortalecer algumas estratégias de ação para alcance dos resultados desejados. Para intervenção nas políticas públicas seriam necessários o fortalecimento das parcerias, dos fóruns estaduais e regionais de articulação da sociedade civil, além da garantia de uma maior visibilidade e publicização das experiências significativas e das propostas de ações sustentáveis e permanentes para o Semi-Árido. Já para melhorar as ações do Programa seria necessário que os agentes da Cáritas e entidades parceiras participassem de estudos e aprofundamentos sobre a realidade do Semi-Árido. Para convivência com o Semi-Árido seria necessário trabalhar no sentido da inclusão dessa temática no currículo escolar, além da realização de campanhas permanentes e a comemoração do Dia da Água.

A partir destas reflexões, o Seminário de São Raimundo Nonato apontou para a necessidade de transformar o Programa El Niño em um programa permanente, constituindo-se como uma nova linha de ação da Cáritas Brasileira. A proposta de criação de um programa permanente foi discutida novamente, com todos os regionais de Cáritas que atuam no Semi-Árido, durante o Seminário sobre “Políticas Públicas para o Semi-Árido”, realizado em Teresina/PI, em agosto de 1999. Neste Seminário foram estabelecidas as diretrizes gerais e as prioridades de ação que orientam o Programa de Convivência com o Semi-Árido – PCSA, como veremos a seguir.

O Programa de Convivência com o Semi-Árido - PCSA

A partir da 12ª Assembléia da Cáritas Brasileira, realizada em 1999, a questão do Semi-Árido deixa de ser uma preocupação apenas das Cáritas do Nordeste e de Minas, e passa a ser uma linha nacional de ação da Cáritas. O Programa de Convivência com o Semi-Árido foi elaborado com

base em uma concepção da complexidade do semi-árido brasileiro, com seus limites e potencialidades, onde predominam desequilíbrios sócio-ambientais ocasionados pelas formas históricas de ocupação deste espaço. Se do ponto de vista sócio-econômico e político predomina uma situação estrutural de concentração da terra, da água e do poder, gerando e reproduzindo a miséria de milhares de sertanejas, do ponto de vista ambiental predominam práticas culturais e econômicas inadequadas de exploração e uso de suas riquezas naturais.

O Programa propõe uma intervenção pró-ativa, devendo articular ações localizadas com a construção de alternativas de políticas públicas, isto é, transformando o *alternativo* em *alterativo*, disseminando as ações, dando visibilidade e publicizando os resultados e impactos, e atuando no sentido da democratização das políticas públicas para o semi-árido brasileiro. Para isso, as diretrizes gerais orientadoras do PCSA indicavam a necessidade de um conhecimento aprofundado das características locais do Semi-Árido e de alternativas viáveis para o seu desenvolvimento sustentável, considerando as expressões culturais historicamente determinadas.

Com a execução do PCSA, a Cáritas pretende contribuir solidariamente para que uma parcela significativa de famílias e comunidades sertanejas possa melhorar suas condições de vida, viabilizando o fortalecimento das iniciativas organizativas e solidárias da sociedade civil para o aumento de suas capacidades de intervenção nas políticas públicas, bem como a formação e capacitação para a solidificação de formas viáveis e sustentáveis de convivência com o Semi-Árido.

Com base nesses objetivos, foram priorizadas quatro dimensões de intervenção:

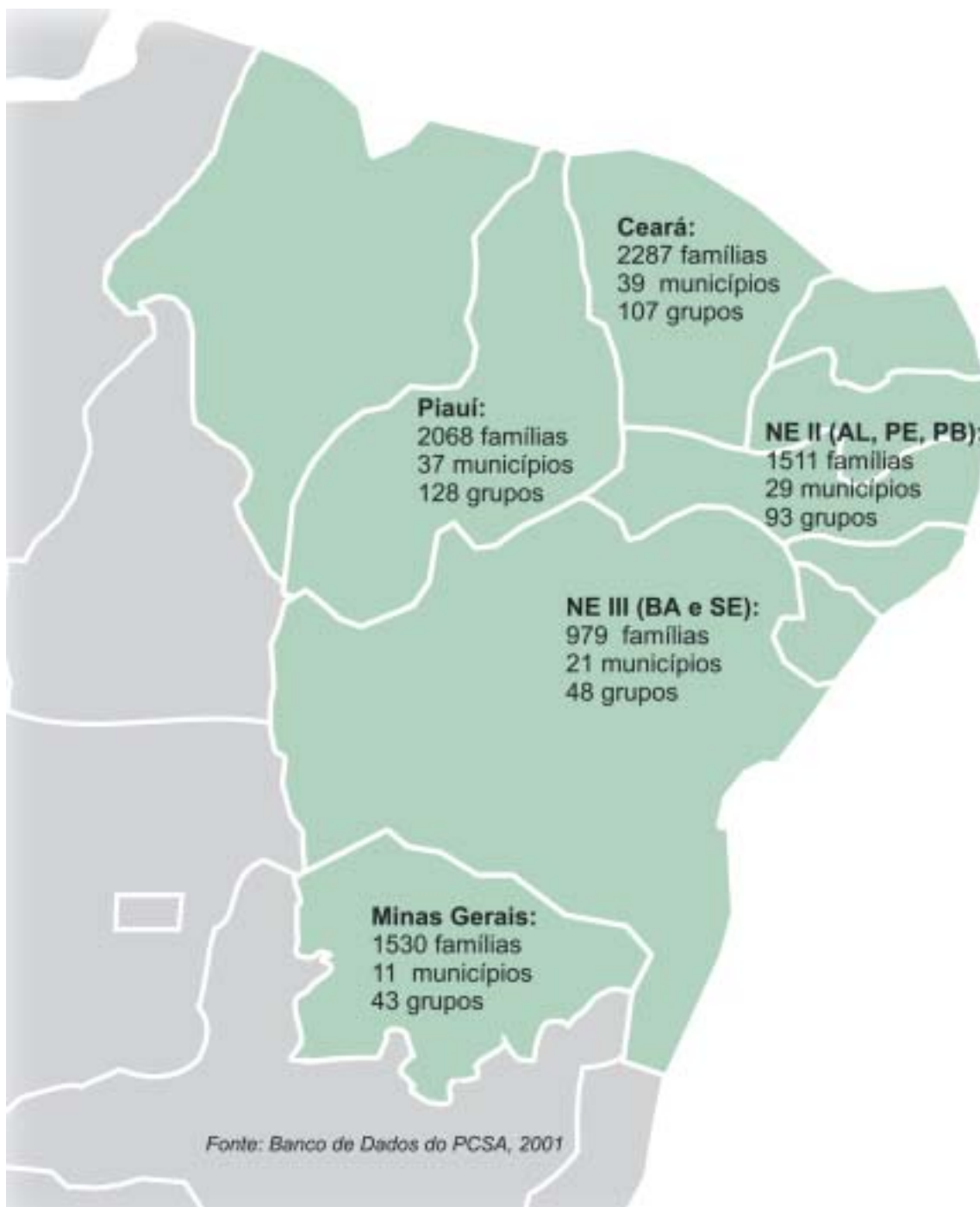
- ◆ **Ações Hídricas:** Priorizam a disseminação e o financiamento de tecnologias apropriadas para o tratamento e uso da água. O PCSA propõe a realização de diagnósticos rápidos e participativos sobre recursos hídricos para, a partir daí, desenvolver as ações de capacitação e trabalhar tecnologias apropriadas, que sejam de fácil manuseio e replicação (efeito referência).

O Programa de Convivência com o Semi-Árido (PCSA) é fruto de reflexões dos regionais e parcerias da Cáritas Brasileira e foi elaborado com base numa concepção da complexidade da região como espaço geográfico e de relações sociais, com seus limites e potencialidades.

- ◆ Dimensão produtiva: Propõe a articulação das ações do PCSA com as demais iniciativas de geração de renda que vêm sendo trabalhadas pela Cáritas, como os Fundos de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários, priorizando as culturas e tecnologias apropriadas ao Semi-Árido.
- ◆ Dimensão educativa: Prevê a formação de agentes locais com funções multiplicadoras e propositivas que atuam diretamente com os grupos e comunidades, disseminando e incentivando técnicas apropriadas para a convivência com o Semi-Árido. Para desenvolver essas ações é necessário que os agentes Cáritas tenham um conhecimento mais profundo do Semi-Árido com suas potencialidades e limites.
- ◆ Dimensão política: Visa à proposição, o acesso e o controle social de políticas públicas apropriadas, garantindo parcelas do orçamento público para ações de convivência com o Semi-Árido. Para isso, é necessário processo sistemático de capacitação e acompanhamento dos representantes da sociedade civil nos conselhos de gestão e o fortalecimento dos fóruns de articulação da sociedade civil, para intervenção nas políticas públicas. Outra estratégia é a criação e implantação da legislação e dos conselhos de gestão de bacias hídricas.

O PCSA tem como área de abrangência todo o Semi-Árido, com ações localizadas em áreas prioritárias de atuação dos regionais da Cáritas Brasileira: Regional Piauí; Regional Ceará; Regional NE II (RN, PB, PE e AL), Regional NE III (BA e SE) e no Regional Minas Gerais. Entre 1998 e 2001, o programa atuou com 419 grupos, envolvendo 8.375 famílias com cerca de 34.547 pessoas, distribuídas em 137 municípios do semi-árido brasileiro.

Figura 01: Abrangência do PCSA



Em cada um dos regionais, o PCSA tem apresentado particularidades quanto às ações desenvolvidas, ao mesmo tempo em que mantém ações coordenadas em nível nacional. O quadro abaixo apresenta as principais formas de atuação do Programa.

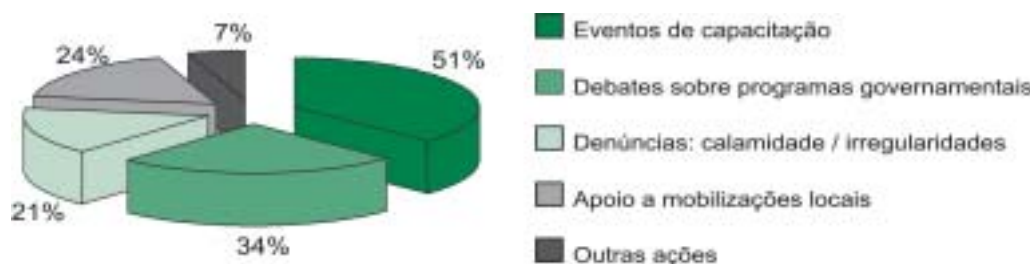
Tabela 02: Tipos de Ações do PCSA (1998-2001)

Regional	Organização e Capacitação	Formação de Agentes	Diagnósticos Hídricos	Infra-estrutura hídrica	Distribuição de Alimentos	Geração de Renda
	Atividades	Atividades	Diagnósticos	Obras	Localidades	Projetos
Ceará	180	68	76	668	49	48
NE II: Al,Pe,Pb	141	31	60	618	19	32
NE III: Ba e Se	56	14	26	406	21	13
Piauí	127	47	95	754	30	39
Minas Gerais	71	19	31	58	09	15
Nacional	575	179	288	2504	128	147

Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001.

Apesar de uma forte concentração numérica nas obras hídricas, o PCSA tem buscado integrar as quatro dimensões de intervenção. As iniciativas de distribuição de alimentos foram realizadas pontualmente com alguns grupos que se encontravam em situação de calamidade. As ações organizativas e de capacitação afirmam a estratégia política do PCSA em fortalecer as organizações da população excluída no Semi-Árido.

Gráfico 01: Tipos de Atividades Organizativas e de Capacitação do PCSA



A articulação das quatro dimensões de ação junto a grupos e áreas específicas procura romper com a fragmentação e a setorização das políticas públicas no Semi-Árido.

Essas características do PCSA poderão ser melhor visualizadas no capítulo a seguir, quando será apresentado uma descrição das ações realizadas e os resultados alcançados pelo Programa nos últimos anos.

AÇÕES DO PCSA: NOS RUMOS DA CONVIVÊNCIA E DA SUSTENTABILIDADE

O PCSA tem proporcionado avanços significativos na intervenção da Cáritas Brasileira no Semi-Árido. Mais do que o aumento quantitativo das atividades realizadas (educativas e de construção de obras hídricas), o Programa tem proporcionado o fortalecimento de um conjunto de iniciativas de intervenção da sociedade civil nas políticas públicas e de aprimoramento de metodologias de convivência com o Semi-Árido que estão sendo cada vez mais disseminadas na região.

Antes de apresentar as ações e seus resultados, faz-se necessário apresentar algumas características socioeconômicas e organizativas dos grupos participantes do PCSA, destacando as problemáticas enfrentadas pelas famílias sertanejas durante as estiagens prolongadas no Semi-Árido.

Caracterização dos Grupos Participantes do PCSA

Considerando sua missão institucional, a Cáritas Brasileira, por meio do PCSA, pretende fortalecer o protagonismo dos excluídos e excluídas para conquista da cidadania plena. No semi-árido brasileiro a exclusão se caracteriza pela negação do acesso às condições básicas de sobrevivência: água, comida, saúde, educação, trabalho e renda.

O PCSA vem atuando diretamente com 419 grupos em localidades rurais, envolvendo mais de 34 mil pessoas residentes em 137 municípios do Semi-Árido. Na maioria dos casos (52%), os grupos participantes já vinham sendo sistematicamente acompanhados. Em um terço dos casos (32%), o

acompanhamento sistemático teve início a partir das ações do Programa. Em apenas 13% dos grupos a intervenção foi pontual.

A situação ocupacional que predomina entre os participantes é a agricultura familiar (em 92% dos grupos). Desse total, 80% são caracterizados como mini e pequenos proprietários ou posseiros, e 12% são assentados em áreas de reforma agrária. Apenas 6% dos participantes são sem-terra, vivendo como meeiros ou parceiros. O tipo de produção que predomina é a agricultura de sequeiro, seguida da criação de pequenos animais.

Tabela 03: Produção Agropecuária Predominante.

Tipo de Produção Agrícola	Nº	%
Agrícola de sequeiro: milho, feijão, mandioca, palma	407	97
Agricultura Irrigada	11	3
Extrativismo Vegetal	08	2
Caprinocultura e ovinocultura	122	29
Bovinocultura	143	34
Avicultura	61	15
Suinocultura	52	12
Apicultura	09	2
Ovinocultura	42	10
Outros	09	2

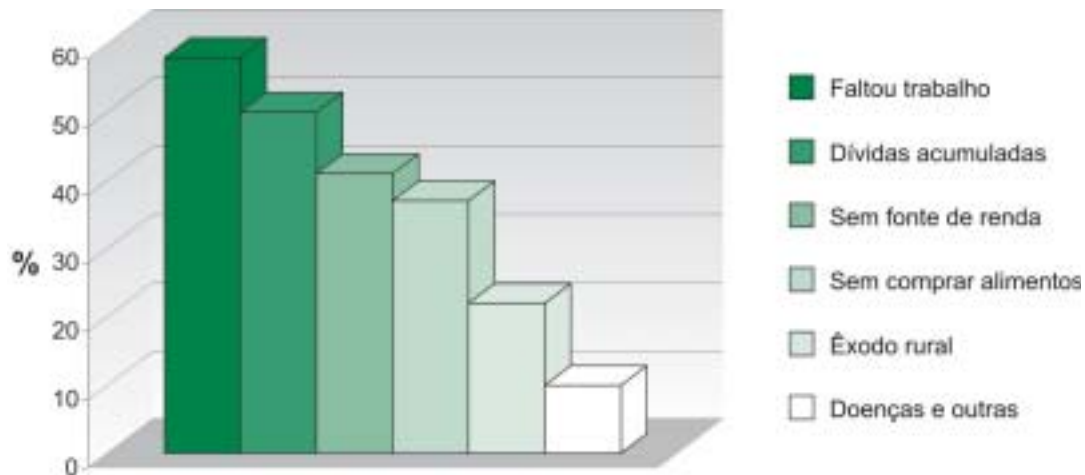
Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001.

Com as estiagens prolongadas, 97% dos/as agricultores/as sofrem perdas na produção agrícola. Ocorre a perda total da produção em 49% dos casos e as perdas parciais chegam a 48%. Além de perder a produção do ano, 31% dos/as agricultores/as perdem também a semente para o plantio do ano vindouro, ficando à mercê da distribuição do insumo pelo governo para a plantação. Ocorrem perdas no rebanho em 46% dos casos.

Essa situação de pobreza que envolve a agricultura familiar no Semi-Árido é expressa pelo nível de renda que predomina entre os participantes do PCSA: 95% das famílias têm renda mensal até 1 salário mínimo, e 39% têm renda mensal de até meio salário mínimo. É esta situação

estrutural de pobreza que, como dito anteriormente, se agrava nos períodos prolongados de estiagem, conforme veremos no gráfico a seguir.

Gráfico 02: Conseqüências das Estiagens para a Sobrevivência



Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001.

Um dos principais problemas enfrentados por essas famílias é a escassez de água. A fragilidade no abastecimento hídrico é permanente e se agrava nos períodos de estiagem prolongada, conforme o quadro a seguir:

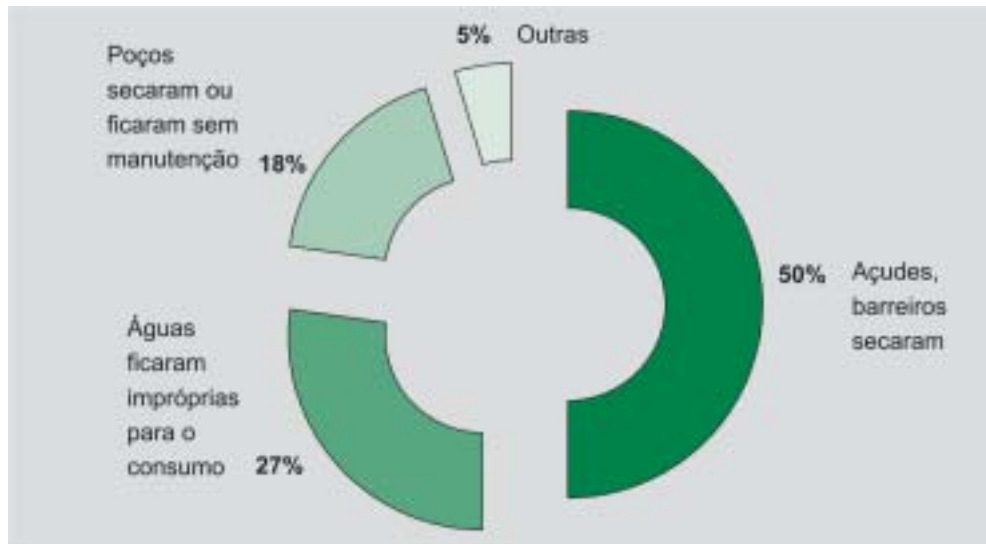
Quadro 01: Situação do Abastecimento de Água nas Localidades

Principais Fontes de Abastecimento		Capacidade de Armazenamento	Qualidade das Águas		
Tipos de Fontes	%	Capacidade	%	Qualidade	%
Barreiros ou cacimbas	48	Suficiente apenas com inverno regular	53	Boa	22
Cisternas	42				
Poços	35	Suficiente mesmo nos períodos de seca	16	Regular	56
Açudes ou Barragens	29				
Carro Pipa	27				
Saneamento	10	Insuficiente mesmo com inverno regular	31	Ruim	22
Outras (rios, nascentes etc.)	12				

Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001

O maior problema para a família sertaneja no período não-chuvoso é o abastecimento de água para o consumo humano e animal. Além da dificuldade de acesso à água para o consumo humano em quantidade suficiente, as famílias residentes no Semi-Árido consomem água de péssima qualidade, sem tratamento adequado.

Gráfico 03: Conseqüências das Estiagens para o Abastecimento de Água



Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001.

Nos períodos prolongados de estiagem, o abastecimento de água é feito por carros pipas (58% dos casos), em animais (29%), na cabeça (21%) e em bicicletas (10%).

Nos períodos de estiagem no Semi-Árido, as mulheres sertanejas percorrem longas distâncias para encontrar e transportar água imprópria ao consumo humano. A conquista da água é, portanto, uma conquista feminina de redução do sofrimento físico e de espaços na vida para desenvolver outras habilidades.

Buscar água em animais e na cabeça exige, principalmente das mulheres, que percorram longas distâncias para encontrar e transportar água imprópria ao consumo humano. Em alguns depoimentos, as mulheres revelam que se desgastam por duas ou até mais horas andando debaixo de sol escaldante para esperar (em pequenas fontes de minação) e transportar água até suas casas. As crianças perdem aulas por passarem muito tempo andando em busca da água. Quando chegam em casa, estão cansadas e desestimuladas para irem à escola,

que geralmente fica longe de suas moradias. Quando o abastecimento é garantido por carros pipas, além da limitação da quantidade da água disponibilizada, as famílias tornam-se ainda mais dependentes dos governos para garantir a sobrevivência. Não há nenhuma novidade em afirmar a facilidade da manipulação da miséria para fortalecer a dominação política. Por isso, a luta pela água é uma luta pela emancipação política.

Apesar de todas essas dificuldades, os homens e mulheres do Semi-Árido encontram forças e são motivados para a organização. Em todas as localidades onde atua o PCSA existe algum tipo de organização dos grupos participantes: em 55% dos casos se constituíram enquanto associações comunitárias ou de produtores; nos demais casos, eram grupos de famílias, grupos comunitários, comunidades eclesiais de base etc. Foram constatadas também as formas de mobilização e luta destas organizações para conquista do direito à sobrevivência: em 33% dos casos ocorreram protestos, passeatas e atos públicos; em 14% foram realizados saques para conseguir alimentos; em 13% foram ocupadas rodovias e/ou prédios públicos para chamar atenção da opinião pública e pressionar os governantes a tomar medidas; em 5% foram feitos abaixo-assinados reivindicatórios.

A experiência do PCSA demonstra que a importância das cisternas de placas não reside apenas no armazenamento de água de boa qualidade, mas principalmente no fato de que elas são um valioso agente de mobilização social numa localidade carente de esperança.

Ações do PCSA e Resultados Alcançados

1 - Garantia de Acesso à Água para Consumo Humano

Um dos objetivos específicos do PCSA é garantir o acesso à água de qualidade para famílias residentes no Semi-Árido por meio do apoio na construção de obras hídricas de captação e armazenamento de água da chuva, e da difusão de tecnologias de manejo e tratamento da água para consumo humano. Entre as principais ações realizadas, destacam-se as ações hídricas: a construção de milhares de cisternas familiares, com capacidade que varia de dez a 20 mil litros, a recuperação de poços e pequenas barragens. Foram realizadas ações hídricas em 342 grupos (82% do total), totalizando 2.504 obras.

Tabela 04: Ações de Abastecimento de Água

Tipos de Ações	Grupos	Quantidade
Construção de Cisternas	303	2417
Reequipamento de Poços	28	37
Construção de pequenas barragens	7	10
Perfuração de Poços	11	13
Recuperação de Açudes e Barragens	4	4
Recuperação de Mananciais Hídricos	6	6
Pequenos Canais e Redes Abastecimento	8	8
Recuperação de cisternas e cacimbões	8	9
Total de Obras Hídricas		2504

Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001.

Mais significativo que os números são os benefícios ou impactos produzidos pelo acesso à água de qualidade a partir das cisternas: diminuição de doenças, diminuição da carga de trabalho das mulheres e das crianças, aumento da renda com a disponibilidade de tempo e com a capacitação na construção das cisternas. Isso demonstra que a importância da cisterna de placas, não está só no fato de armazenar água de boa qualidade para as pessoas que moram numa região onde os reservatórios de água são de péssima qualidade, mas, principalmente, no fato de ser um valioso agente de mobilização social numa região tão carente de bons motivos para fazer renascer a esperança de uma vida melhor.

Tabela 05: Resultados das Ações Hídricas por Regional

Regional e Estados	Opiniões Sobre Melhoria no Acesso a Água (%)		
	Houve	Parcialmente	Não Houve
CEARÁ	58	24	18
NE II : AL, PE e PB	92	8	-
NE III : BA e SE	65	21	14
PIAUÍ	70	28	2
MINAS GERAIS	21	49	30
NACIONAL	61	26	13

Obs.: Em 18% dos grupos não foram realizadas obras hídricas. Dos 342 grupos onde foram realizadas obras hídricas, 268 (78%) estão plenamente satisfeitos, e 74 (22%) estão parcialmente satisfeitos.

Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001.

No que se refere à qualidade de vida, pode-se perceber a diferença ao fazer a comparação entre a situação dessas famílias antes e depois das ações do PCSA. As mulheres são beneficiadas com o programa de construção de cisternas e reconhecem essa iniciativa da Cáritas, afirmando que sobra tempo para trabalhos artesanais, para as crianças, para a horta e para si mesmas.

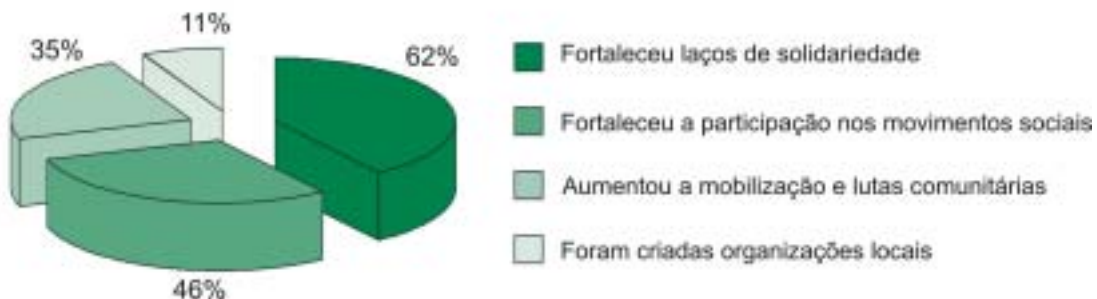
Gráfico 04: Melhorias no Abastecimento de Água



Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001.

Além da melhoria das condições de vida das famílias, as ações do PCSA por vezes têm fortalecido as organizações comunitárias e as práticas de solidariedade. Outro resultado político significativo é a redução da dependência em relação aos carros pipas, que são controlados por grupos dominantes locais.

Gráfico 05: Contribuições Político-Organizativas do PCSA



Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001.

Esse processo fortalece as capacidades de reivindicação e negociação de políticas e recursos públicos. Dos 419 grupos participantes do PCSA, 138 (33%) conseguiram multiplicar ou ampliar as obras hídricas para abastecimento familiar para os animais e para a produção. Foram 618 obras conquistadas que, somadas às realizadas pela Cáritas, chegam a 3122 obras. Isso dá uma média de 7 obras realizadas por grupo.

Tabela 06: Obras Hídricas Conquistadas Pelos Grupos Participantes do PCSA

Tipos de Ações	Grupos	Quantidade
Construção de Cisternas – apoio de ONGs, Igrejas etc	45	292
Construção de Cisternas – apoio de prefeituras	23	76
Construção de Cisternas – recursos da comunidade	21	66
Construção de Cisternas – Gov. Federal	14	61
Construção de Barreiros	13	49
Perfuração de Poços	28	30
Construção de Pequenas Barragens e Açudes	12	12
Recuperação de Reservatórios e Reequipamento de Poços	13	13
Sistemas de Distribuição de Água, Adutoras, Canais	8	8
Outras	10	11
Total de Obras Hídricas		618

Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001.

São muitos os exemplos de fortalecimento da capacidade de organização e luta no Semi-Árido para conquistar melhorias. No município de Mogeiro (PB), uma associação de agricultores negociou com o Banco do Nordeste a inclusão de cisternas de placas nos financiamentos agrícolas. Apesar da resistência do banco, o grupo mostrou as vantagens da cisterna de placas com a facilidade de mão-de-obra, facilidade para comprar o material de construção, rapidez e eficiência. O Banco acatou a sugestão da comunidade, financiando a construção de 30 cisternas, utilizando mão-de-obra da comunidade.

Outra vantagem da mobilização provocada pela cisterna de placas é o potencial e o alcance multiplicador do efeito demonstrativo. Em Alagoas, as comunidades não conheciam a cisterna de placas. Podemos afirmar que a

Cáritas Brasileira disseminou a tecnologia da cisterna de placas no sertão do estado. A partir de 1999, a Visão Mundial também começou a construir cisternas nos municípios de Igaci, Pão de Açúcar e São José da Tapera, requisitando pedreiros que foram treinados pela Cáritas. Em Pernambuco, o Banco do Nordeste também financiou cisternas no município de Águas Belas, e tudo isso começou com a Campanha de Solidariedade às Vítimas da Seca, em 1998. Em Minas Gerais, a Cáritas também tem adotado a estratégia de implantação de experiências demonstrativas com a construção de cisternas e pequenas barragens com recursos provenientes da Campanha da Fraternidade.

É óbvio que o número limitado das iniciativas não reflete as demandas locais. No entanto, a Cáritas está priorizando o trabalho de sensibilização das comunidades para permitir uma convivência sustentável com o Semi-Árido. O trabalho de sensibilização firma o compromisso de instituir o processo educativo no Programa de Convivência com o Semi-Árido e sobre a necessidade de avançar ainda mais no desenvolvimento das atividades ligadas à preservação e a conservação dos recursos hídricos.

Intervenção nas Políticas Públicas

De modo geral, nos últimos anos ocorreram alguns avanços em relação à intervenção das organizações da sociedade civil nas políticas públicas para o Semi-Árido. Esses avanços decorrem da disseminação de alternativas tecnológicas para captação e armazenamento de água de chuva e pela incorporação dessas tecnologias em alguns programas federais.

Além do mais, percebe-se que a questão do Semi-Árido tem estado mais presente na pauta política, mesmo sem a ocorrência de estiagem prolongada. Essa presença é fruto do aumento das cobranças da sociedade em relação às formas tradicionais de intervenção no Semi-Árido, acompanhada de uma forte argumentação e da valorização das alternativas que estão dando certo. Os maiores avanços ocorrem no âmbito de municípios da região semi-árida, onde, a partir de iniciativas locais da sociedade, as ações de infra-estrutura hídrica são multiplicadas a partir de convênios com prefeituras. As pequenas obras hídricas podem, aos poucos, mudar a lógica das prioridades de investimento nesses municípios.

Já nas esferas estadual e federal, os avanços são restritos e decorrem da criação e fortalecimento de fóruns de articulação e redes de movimentos e ONGs nos estados. A principal iniciativa nesse sentido é a Articulação Semi-Árido – ASA, que articula centenas de entidades nos estados nordestinos em torno de uma negociação com o governo federal para implantação do P1MC. A Cáritas participa da instância coordenadora regional da ASA e tem incentivado a criação e funcionamento das sucursais da ASA nos estados. Essas iniciativas resultam em maior conhecimento das organizações da sociedade civil sobre os mecanismos de funcionamento das políticas públicas.

a) O fortalecimento dos Fóruns Estaduais e regionais do Semi-Árido

Mesmo antes de criação da Articulação Semi-Árido – ASA, existiam fóruns estaduais de articulação de entidades da sociedade civil com atuação no Semi-Árido. No Regional NE II, a Cáritas tem participado ativamente da construção da *Articulação do Semi-Árido Paraibano*, que congrega, em média, 32 entidades (ONG's, movimentos populares e pastorais sociais), e que tem conseguido alguns avanços na proposição de políticas, na captação e no gerenciamento de recursos públicos para o Semi-Árido por meio de convênios com a SUDENE e BNB.

No Ceará, a Cáritas provocou o surgimento do Fórum Cearense Pela Vida no Semi-Árido. Esse fórum é responsável pela campanha “Nenhuma Família sem Água de Qualidade”. O fórum promove a arrecadação de recursos para a realização das obras hídricas no semi-árido cearense. Os seminários de relançamento da campanha em 2000 contaram com a participação de prefeituras, ONGs, sindicatos, comunidades, grupos, e outros órgãos públicos que tiveram a oportunidade de discutir a realidade do Semi-Árido e sua problemática, constituindo fóruns regionais que vão continuar discutindo as problemáticas e apontando propostas para convivência com o Semi-Árido.

Em Minas Gerais, a Cáritas participa da constituição de dois Fóruns Regionais de Articulação do semi-árido Mineiro, no norte e nordeste do estado, com a participação das Cáritas diocesanas de Almenara, Araçuaí, Diamantina, Januária e Montes Claros, com representantes de movimentos sindicais, ONGs e lideranças comunitárias que vêm buscando uma articulação

cada vez mais integrada de suas intervenções na região. A contribuição dessas instâncias reside principalmente na tentativa de articular forças capazes de ampliar a discussão sobre a temática do semi-árido mineiro, não se limitando à busca de soluções imediatas para a escassez de água na região. Realizando encontros periódicos, o Fórum vem promovendo o debate sobre as relações sociais e ambientais no Semi-Árido, avaliando a atuação do poder público no semi-árido mineiro.

No Piauí, a ação da Cáritas foi decisiva para rearticulação do Fórum de Convivência com o Semi-Árido, tendo constituído a sua coordenação com outras três entidades. Participam desse Fórum quinze organizações não-governamentais do Piauí que possuem o compromisso político e ações voltadas para a convivência com o Semi-Árido. Planejadas em conjunto, as ações possibilitaram atingir um número maior de áreas e causam mais impacto diante do poder público municipal. Em decorrência dessa articulação, foram celebrados dois convênios entre a Cáritas e a SUDENE para desenvolvimento de 81 cursos de construção de cisternas de placas em todo o estado.

O principal avanço nesses fóruns de articulação se deu com a criação da Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA), entidade que surgiu a partir das entidades da sociedade civil que participavam da Conferência Internacional sobre Desertificação - COP-3, realizada em Recife-PE. Durante a Conferência, foi constituído um fórum paralelo que juntou as ONGs. A partir daí surgiu a ASA com a proposta de uma campanha para construção de cisternas em todo o Semi-Árido, cuja meta é atender a um milhão de famílias. Hoje, a ASA congrega centenas de entidades em todos os estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais, e teve significativos avanços no ano 2000 na luta pela implementação de alternativas sustentáveis para convivência com o Semi-Árido.

b) As políticas de gestão dos recursos hídricos

O regional da Cáritas em Minas Gerais tem vivenciado uma experiência inovadora de mobilização e fortalecimento da capacidade da sociedade civil para participação nos comitês de bacias hidrográficas. Em 1999, foi criada em MG uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembléia

Legislativa para realizar investigações sobre as barragens e os comitês de bacias hidrográficas no estado. Os trabalhos da Comissão proporcionaram a ampliação do debate sobre esses comitês, resultando em alguns avanços na participação da sociedade civil na gestão das águas.

No ano 2000, o Regional iniciou um projeto piloto de gestão participativa de recursos hídricos no Vale do Jequitinhonha, na sub-bacia do rio Calhauzinho. O Vale do Jequitinhonha encontra-se ao nordeste de Minas Gerais, abrange cerca de 13,5% da superfície do estado, com 56 municípios. Está localizado em uma área de transição entre biomas (cerrado, caatinga e mata atlântica) com a ocorrência de chuvas irregulares. O trabalho foi iniciado em 2000 com a realização de um diagnóstico rápido participativo de recursos hídricos que subsidiou a elaboração de planos de desenvolvimento sustentável da sub-bacia.

O diagnóstico de recursos hídricos possibilitou o registro das informações acerca da realidade local nos aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais. O seu caráter participativo proporciona a mobilização das comunidades da sub-bacia em torno da proposta de gestão dos recursos hídricos. Ao mesmo tempo, o processo participativo proporciona a difusão de tecnologias alternativas e de atividades produtivas adaptadas à realidade do Semi-Árido, aumentando a capacidade técnica e gerencial de recursos hídricos/bacia hidrográfica com a formação de agentes multiplicadores.

Para disseminar a experiência em outras regiões e bacias hidrográficas, a Cáritas realizou, juntamente com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, um seminário sobre a gestão das águas e planejamento territorial, aprofundando o conhecimento sobre as políticas de gestão dos recursos hídricos. O objetivo central do seminário foi a qualificação das ações de intervenção na região semi-árida, visando à democratização da gestão dos recursos hídricos e à construção de vínculos e articulações com os processos impulsionadores do desenvolvimento.

c) O Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco

O projeto de transposição das águas do rio São Francisco data do século XIX. A proposta foi retomada no início da década de 90 pelo governo federal, na seca de 1991/1993. Com a seca de 1997/1998, o

tema ganhou espaço novamente e deu-se início à elaboração do projeto de transposição, que passou por uma série de versões, chegando no ano 2000 à sua última versão no Ministério da Integração Nacional, com a elaboração do EIA-RIMA (Estudos de Impactos Ambientais), feito por um consórcio de duas agências internacionais especializadas em avaliação de impactos ambientais, chegando ao resultado de “impacto ambiental zero”. Com isso, foi iniciada a campanha institucional de massificação do projeto de transposição, com o objetivo de ganhar a opinião pública. Vários assessores do Palácio do Planalto, e até mesmo o presidente da República, enfatizaram a proposta na imprensa e em eventos diversos. No âmbito parlamentar, uma comissão composta de 85 deputados concluiu o relatório em dezembro de 2000 e recomendou o projeto ao Presidente FHC para o início imediato das obras.

É um projeto polêmico que consta de mais de dois mil (2000) km de adutoras, canais e túneis. Prevê transpor 60 m³/s numa média anual, o que, segundo técnicos da CHESF, é 3,5% da vazão total do rio, no alto do Sobradinho, onde se darão as duas tomadas de água. No decorrer de todo o processo de discussão, houve sempre uma movimentação e mobilização por parte de entidades e organizações da sociedade civil, que vivem e convivem com o Nordeste e principalmente o Semi-Árido. Um grupo de estudos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte concluiu uma pesquisa sobre a transposição e os impactos sócio-econômicos e ambientais no estado. A pesquisa mostra que existem outras alternativas mais viáveis de convivência e desenvolvimento.

No campo popular, várias iniciativas foram realizadas para levar à sociedade o debate sobre a transposição do rio, principalmente no que se refere às questões ambientais e sociais (a situação dos povos ribeirinhos e as fragilidades do São Francisco). Vários seminários, palestras, debates, encontros entre outras iniciativas, foram feitas sempre tendo presente o espírito de que a solução proposta pelo projeto irá servir para beneficiar empreiteiras e empresas agropecuárias sem a resolução dos problemas fundiários, sociais e de desenvolvimento econômico da região Nordeste.

Os regionais da Cáritas no Nordeste têm participado deste processo, inclusive procurando fomentar e estimular eventos para informação e

A construção de um milhão de cisternas de placas no Semi-Árido viabilizará o começo de uma transformação cultural na região, assentada sobre novas formas da população se relacionar com a água das chuvas. A Cáritas participa do esforço que vem sendo empreendido para se alcançar esse objetivo.

mobilização da sociedade civil. Em 2000, a Cáritas Regional Nordeste III (BA,SE), em parceria com a CNBB, CPT, CREA-BA, CAA e CESE, realizou o seminário “Rio São Francisco: questão de vida ou morte – Transposição, Não! Revitalização Sim!”, tendo se tornando um marco na campanha de reflexão e ação contra a transposição. Os participantes divulgaram o manifesto em defesa do rio São Francisco, propondo alternativas fáceis, baratas e ecologicamente viáveis para a convivência e desenvolvimento do Semi-Árido. Uma comissão foi criada para continuar discutindo e organizando ações nos estados nordestinos que estão envolvidos com a problemática.

Em 2001, com a crise política envolvendo o Ministério da Integração Nacional⁵, e a crise energética⁶ que se abateu sobre o país, o projeto da transposição do rio São Francisco saiu momentaneamente da pauta política do governo federal, que insistia nesse projeto como solução para a seca do Nordeste.

d) O Programa “Um Milhão de Cisternas – P1MC”

No ano 2000 vale destacar a consolidação da estratégia de disseminar a construção de cisternas caseiras de placas, de modo especial por meio da criação e participação da ASA, e da luta pela conquista de recursos públicos para a construção de um milhão de cisternas. A ASA vem elaborando, junto com o Ministério do Meio Ambiente, um programa para construção de um milhão de cisternas, ampliando significativamente o acesso à água de boa qualidade para as famílias que residem no semi-árido brasileiro. Como parte desta iniciativa, já foi implementado um projeto piloto de construção de 500 cisternas, onde as Cáritas regionais estão

5 *Denúncias de corrupção na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) provocaram a queda do ministro Fernando Bezerra que havia assumido o projeto de transposição como sua prioridade.*

6 *Com as reduções dos investimentos públicos no setor de geração de energia e a escassez de chuvas, o Brasil enfrenta a sua pior crise energética. Os níveis dos reservatórios das usinas hidroelétricas localizadas na bacia do rio São Francisco caíram vertiginosamente, pondo em risco o abastecimento da região.*

presentes. Neste ano, foi implantado, ainda, um outro programa de capacitação nas escolas rurais para a convivência com o Semi-Árido, com a participação de diversas organizações articuladas pela ASA.

O número de 1 milhão de cisternas surgiu tendo como referência a seguinte estimativa: existem aproximadamente 20 milhões de habitantes na região do semi-árido brasileiro. Desse total, 50% vivem na zona rural, possuindo uma demanda difusa de água. Considerando 5 pessoas em média por família, teríamos 2 milhões de famílias vivendo na zona rural. Com 1 milhão de cisternas serão atendidas 50% dessas famílias, que possuem uma demanda potencial de água.

Trata-se de um passo fundamental, pois viabilizará o começo de uma transformação cultural da região, assentada sobre novas formas da população relacionar-se com a água das chuvas como caminho para conviver com as características deste Semi-Árido. Por outro lado, esta pode ser também a oportunidade para modificar a tradicional determinação das políticas públicas, até agora definidas pelas elites em função de seus interesses. Se mais de cinco milhões de pessoas se sentirem favorecidas por uma política que abre caminhos para transformar a vida na região, pode-se imaginar sua força para exigir, como cidadãos, outras transformações necessárias.

A capacitação para convivência com o Semi-Árido leva em conta metodologia que busca a formação integral dos agentes multiplicadores e tem como objetivo principal a valorização da cultura e tecnologias apropriadas à região.

Mudanças culturais: novas visões e perspectivas de convivência com o semi-árido brasileiro

O processo educativo para convivência com o Semi-Árido está inserido nas diversas atividades do programa: nos treinamentos para construção de cisternas e outras obras para captação e armazenamento de água da chuva, na gestão de recursos hídricos, nas campanhas e mobilizações para garantia de água de qualidade às famílias que residem no Semi-Árido e na sensibilização das escolas das áreas rurais e urbanas para trabalhar a questão do Semi-Árido. Durante estas atividades são formados agentes multiplicadores para disseminação das tecnologias e da cultura de convivência com o ecossistema.

a) A formação de agentes multiplicadores para gestão dos recursos hídricos e convivência com o Semi-Árido:

A formação de agentes multiplicadores foi realizada em 42% das localidades, ou áreas de atuação do PCSA. As atividades de capacitação para convivência com o Semi-Árido são realizadas com base em uma metodologia que busca a formação integral dos agentes multiplicadores, tendo como principal objetivo a valorização da cultura e tecnologias apropriadas ao Semi-Árido. No processo formativo, os conteúdos trabalhados ressaltam as diversas dimensões presentes na realidade do semi-árido brasileiro (ambiental, econômica, política e das relações de gênero e de geração), fugindo ao mero repasse de informações sobre as tecnologias apropriadas.

Tabela 07: Conteúdos das Atividades de Capacitação

Conteúdos da Capacitação	Ocorrências	%
Construção de Cisternas	68	16
Gestão de Recursos Hídricos (captação, tratamento, manejo)	64	15
Agroecologia: conservação de solo, agrofloresta, agric. orgânica	43	10
Convivência com o Semi-Árido	47	11
Caprinocultura e Ovinocultura	38	9
Cidadania e Políticas Públicas	33	8
Associativismo, Cooperativismo	33	8
Tecnologias Alternativas	21	5
Apicultura	17	4
Agricultura: hortas, sementes, irrigação	15	3
Outros	6	1

Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001

Nos cursos de gestão de recursos hídricos, por meio dos quais se aprender a tratar e usar racionalmente a água da chuva, a Cáritas desenvolve um trabalho de despertar para a cidadania. Reúne mulheres, adolescentes e homens num estudo completo de formação sobre a água, os prejuízos causados pela contaminação e o comportamento humano enquanto seres usuários dos bens naturais. A realização desses cursos é de fundamental importância,

pois as famílias rurais com as quais os regionais trabalham ainda possuem muitas dificuldades em entender e desenvolver tecnologias alternativas e apropriadas para a convivência com o Semi-Árido e, mais precisamente, para o manejo de recursos hídricos.

Os cursos de construção de cisternas de placas são também instrumentos favoráveis na formação de pedreiros (que se tornam multiplicadores da tecnologia) e dos grupos participantes do projeto. A metodologia utilizada é *aprender a fazer fazendo*. A partir dos cursos, as pessoas capacitadas socializam os conhecimentos.

Tabela 08: Profissionais Qualificados em Construção de Cisternas

Regional e Estados	Profissionais Qualificados	
	% de Grupos	Nº de Profissionais
CEARÁ	75	240
NE II : AL, PE e PB	65	221
NE III : BA e SE	54	200
PIAUÍ	59	389
MINAS GERAIS	15	41
Nacional	54	1091

Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001.

b) Os diagnósticos participativos como instrumentos educativos

A realização de diagnósticos de recursos hídricos nas comunidades da região semi-árida se faz necessária pelo desconhecimento da dinâmica natural desses recursos, bem como dos impactos do uso e manejos pelas populações locais. A realização do diagnóstico tem possibilitado o registro das informações acerca da realidade local nos aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais. O caráter participativo anima a mobilização das comunidades e, ao mesmo tempo, proporciona a difusão de tecnologias alternativas e de atividades produtivas adaptadas à realidade do Semi-Árido, aumentando a capacidade técnica e gerencial de recursos hídricos com a formação de agentes multiplicadores.

Tabela 09: Realização de Diagnósticos de Recursos Hídricos por Regional

Regional e Estados	Diagnóstico de Recursos Hídricos	
	Nº	%
CEARÁ	76	71
NE II : AL, PE e PB	60	65
NE III : BA e SE	26	54
PIAUI	95	74
MINAS GERAIS	31	72
NACIONAL	288	69

Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001.

c) As campanhas de mobilização pela qualidade de vida no Semi-Árido e os instrumentos de publicização das experiências da Cáritas

Entre as campanhas realizadas pela Cáritas destacam-se duas: a *Campanha Nacional de Solidariedade aos Povos do Semi-Árido* (1998), com a arrecadação de recursos destinados à construção de cisternas de placas, e a *Campanha Nenhuma Família sem Água de Qualidade*, realizada pelo Fórum Cearense Pela Vida no Semi-Árido, com a finalidade de buscar parcerias com a sociedade e o poder público para a construção das cisternas. No Ceará, a estratégia adotada foi da interiorização da Campanha nos municípios, organizando coordenações regionais que se responsabilizaram em elaborar e apresentar projetos de lei de iniciativa popular, estabelecendo recursos para as cisternas.

Outra atividade de mobilização assumida pela Cáritas é a comemoração da *Semana da Água*, no mês de março⁷. Em 1999, o IRPAA, a Cáritas e o UNICEF tiveram a idéia de lançar no Brasil A *Semana da Água*, de 15 a 22 de março, com o objetivo de chamar a atenção para o semi-árido brasileiro. Durante essa semana são realizadas diversas atividades de sensibilização, conscientização e mobilização da sociedade sobre a situação das águas e da necessidade de uma relação mais sustentável e solidária com os recursos naturais, além de difundir experiências alternativas de convivência com o Semi-Árido.

⁷ O Dia Mundial da Água é celebrado no dia 22 de março.

Um destaque deve ser dado à Campanha de Convivência com o Semi-Árido. A Cáritas elaborou um livro que foi lançado em outubro de 2001, no Congresso Nacional. Traduzido em língua inglesa pela Catholic Relief Services (CRS), também terá uma edição produzida pela Cáritas Alemã, que pretende desencadear uma campanha em favor da convivência com o Semi-Árido. A campanha internacional tem dois objetivos principais: criar uma imagem positiva do semi-árido brasileiro como uma região em que se pode viver com saúde e dignidade, sem grandes custos. A nível nacional, o objetivo é a mobilização social que, a partir da contribuição concreta, tenha força para exigir que os governantes mudem suas políticas para a região, tornando-as efetivamente públicas, destinadas a promover o que é necessário, possível, e corresponder ao direito de todas as pessoas.

A Cáritas tem se preocupado, ainda, em viabilizar uma melhor disseminação das experiências de convivência com o Semi-Árido. Os instrumentos de comunicação de massa fortalecem a visibilidade institucional e são também meios de educação com a publicização das metodologias de gestão dos recursos hídricos e de produção agroecológica. Entre 1998 e 2000 foram produzidas quatro cartilhas populares e quatro vídeos em VHS, além de folders, boletins, programas de rádio e reportagens.

A Cáritas vem desenvolvendo meios, direcionados à grande massa e a públicos específicos, para comunicar suas experiências. Os instrumentos de comunicação fortalecem a visibilidade institucional e servem à educação com a publicização dos métodos de gestão dos recursos hídricos e da produção agroecológica.

d) A educação contextualizada para o Semi-Árido

Uma das intenções do PCSA é a inserção da educação contextualizada para o Semi-Árido nos currículos das escolas localizadas na região. Em 2000, a Cáritas participou do I Seminário de Educação para o Semi-Árido Brasileiro, realizado pelo IRPAA, UNICEF e UNEB, em Juazeiro/BA. A reflexão apontou que a educação formal deve absorver os conhecimentos sobre as possibilidades de convivência do sertanejo com a sua região. O processo ensino-aprendizagem leva em conta essa realidade em todas as suas dimensões e as disciplinas são trabalhadas a partir dessa realidade e de forma interdisciplinar.

Os regionais desencadearam algumas iniciativas de sensibilização de educadores e gestores escolares para a importância da educação

contextualizada em escolas rurais. Uma atividade adotada nessa perspectiva pelo Regional Ceará foi a promoção de intercâmbios entre educadores (as) das dioceses de Itapipoca, Limoeiro, Sobral e assessores do Secretariado Regional, com educadores (as) de Curaçá/BA, que desenvolvem uma experiência de implantação da educação contextualizada e inclusão da temática do Semi-Árido nos currículos escolares.

Alternativas Produtivas no Semi-Árido

O PCSA tem sido desenvolvido de maneira articulada e de modo a complementar outros programas da Cáritas Brasileira. No que se refere ao apoio às iniciativas produtivas, a Cáritas tem uma larga experiência com os Projetos Alternativos Comunitários – PACs. A Cáritas apóia iniciativas produtivas com base em alguns critérios: atividades produtivas adaptadas às condições regionais; que o projeto esteja articulado a um conjunto de ações que o torne viável econômica, ambiental e socialmente; que as práticas agroecológicas sejam disseminadas; que o projeto possa servir como referência local. Recentemente, tem incentivado redes de produtores do Semi-Árido, como é o caso de redes de apicultores e de caprinocultores. O PCSA apóia 147 projetos de geração de renda e melhoria da produção:

Tabela 10: Projetos de Geração de Renda Apoiados

Tipos de Projetos	Nº	%
Criação de Pequenos Animais (caprinos e ovino)	37	25
Agricultura: hortas, café orgânico, agroflorestas	25	17
Apicultura	18	12
Sementes (Casas de Sementes, Plantio)	15	10
Casa de Farinha	15	10
Equipamentos de beneficiamento arroz, cana de açúcar	09	6
Sistemas de Irrigação	04	3
Artesanato e Corte e Costura	04	3
Avicultura	04	3
Outras	15	11
Total	147	100

Fonte: Banco de Dados do PCSA, 2001.

Apesar do tipo de projetos apoiados variar entre os regionais, de acordo com a realidade local do Semi-Árido, percebe-se que há uma forte predominância de projetos de apicultura e caprinocultura. Os projetos de criação, na sua maioria, estão voltados para a finalidade de melhoria do rebanho e de expansão da produção. Essas ações provocam melhorias das condições de vida das famílias, seja com uma sensível agregação de renda ou com a melhoria dos alimentos que levam à diminuição das doenças entre as crianças ocasionadas pela desnutrição.

A multiplicação desses projetos na região sustenta o entendimento que a Cáritas possui em relação à geração de trabalho e renda para o Semi-Árido. Dos grupos participantes do PCSA, 119 (28% do total) conseguiram outros apoios para iniciativas produtivas: 81 grupos conseguiram financiamento para custeio da produção, 57 grupos conseguiram novos investimentos em infra-estrutura produtiva, 10 grupos passaram a participar de redes de produção e comercialização e 19 grupos tiveram outras conquistas na área de produção no Semi-Árido.

Além da multiplicação das iniciativas produtivas e das conquistas de acesso a programas e recursos públicos, o PCSA tem contribuído para disseminação de alternativas de convivência com o Semi-Árido, seja através de tecnologias produtivas e hídricas apropriadas ao Semi-Árido, seja por meio da capacitação e incentivo à adoção de práticas agroecológicas.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A AÇÃO CÁRITAS NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

Os capítulos anteriores desta sistematização ressaltam os avanços da Cáritas Brasileira na sua intervenção no semi-árido brasileiro, realizando a sua missão institucional. As iniciativas levadas a efeito até então pela Cáritas Brasileira e entidades parceiras são, sem dúvida, representativas dos esforços realizados para trabalhar com os excluídos, o que significa aceitar o desafio da fome e miséria quotidianas, do analfabetismo, das precárias condições de saúde e da exclusão social e econômica.

No entanto, para o alcance dos objetivos propostos no Programa de Convivência com o Semi-Árido – PCSA, alguns desafios estão colocados

O alcance dos objetivos do PCSA depende da superação de dificuldades do Programa, como a limitação de recursos humanos, financeiros e de acesso aos meios de comunicação. Embora sejam qualitativamente significativas, se consideradas essas limitações, as ações da Cáritas são proporcionalmente pequenas diante da extensão do Semi-Árido.

tanto ao nível da sua organização interna quanto no contexto geral que envolve o semi-árido brasileiro. Entre os desafios internos destacam-se: a dificuldade em superar as ações pontuais e localizadas, tendo em vista as limitações dos recursos humanos e financeiros e as dificuldades de acesso aos veículos de comunicação de massa para dar visibilidade ao programa e influenciar na reversão das prioridades políticas de investimentos no Semi-Árido. No que se refere ao contexto geral que envolve o Semi-Árido, o desafio principal continua sendo a cultura da “não-convivência” que está presente tanto nas políticas governamentais desenvolvidas e propostas para a área, quanto no cotidiano da vida dos sertanejos, por meio de práticas culturais impostas pelos colonizadores e elites dominantes, com forte acento nas tradições religiosas e culturais.

Esses desafios estão sendo percebidos nos eventos de articulação do Programa e nas reuniões da Comissão Nacional do PCSA. Mas é necessário avançar na realização sistemática de monitoramento e avaliações do Programa, com base em indicadores de resultados identificados coletivamente, proporcionando a adequação das ações à realidade e a correção dos rumos das ações em torno dos objetivos e diretrizes.

Fortalecer o PCSA na Cáritas Brasileira

Para fortalecimento do PCSA no âmbito da Ação Cáritas é necessário enfrentar os problemas internos de estrutura, de disseminação das ações e de aprofundamento e fortalecimento do conteúdo filosófico e político do Programa, evitando cair num ativismo obreirista de infra-estrutura hídrica.

No que se refere à estrutura, o principal problema é o quadro de pessoal e os recursos financeiros limitados, diante de um aumento significativo da demanda. Os recursos humanos disponíveis enfrentam limites para produzir impactos mais amplos no âmbito do semi-árido brasileiro, tendo em vista a sua extensão geográfica, diversidade dos ecossistemas e densidade populacional.

Outro desafio é a capacitação sistemática desses agentes quanto ao conteúdo do Programa. É necessário romper com a tradição de agentes

“generalistas” nos conteúdos e nas tarefas que realizam. Diante dessas limitações, as ações da Cáritas, embora sejam qualitativamente significativas, ainda são proporcionalmente resumidas diante do tamanho da área onde se pretende gerar impactos.

A esse problema estrutural soma-se a dificuldade de acesso aos veículos de comunicação de massa para dar visibilidade ao Programa e influenciar as políticas públicas no Semi-Árido. A estratégia que tem sido adotada, de produção de material de divulgação (cartilhas, cartazes e vídeos em VHS), não é suficiente para influenciar na formação de opinião pública favorável aos interesses políticos do Programa. Por isso, é necessário avançar no aspecto da difusão e publicização das ações, tanto para dentro como para fora da Cáritas, junto às escolas, prefeituras, secretarias, universidades.

As campanhas são instrumentos poderosos para induzir a solidariedade, mas também funcionam como oportunidades de publicização das ações, das alternativas que estão dando certo. Nesses momentos, as grandes questões e temáticas relacionadas à convivência com o Semi-Árido devem estar mais evidentes na imprensa local e nacional. A Semana da Água, que recebeu ampla cobertura da imprensa, é também uma excelente oportunidade para divulgação dos projetos de captação de água de chuva por meio das cisternas de placas e de produção agroecológica.

Outras estratégias para superação desses dois limites indicados acima foram construídas junto com o Programa, em 1999. São elas:

- ◆ Realização e reforço de parcerias, articulações e alianças com diversos atores sociais, com igrejas, com entidades nacionais e internacionais de cooperação e com o poder público na realização dos objetivos propostos, preservando a autonomia e a identidade da Cáritas Brasileira;
- ◆ Realização de campanhas de sensibilização em âmbito nacional sobre a problemática dos recursos hídricos no semi-árido brasileiro, reforçando a campanha da solidariedade para arrecadação de recursos e execução de pequenas obras de captação, armazenamento de água de chuva e manutenção de outros equipamentos e reservatórios hídricos;
- ◆ Concentração das ações específicas do programa em áreas prioritárias (não exclusivas) de atuação na experimentação e disseminação de efeitos referência, indo além das ações pontuais e localizadas;

- ◆ Presença da Cáritas Brasileira em fóruns locais, estaduais, regionais e nacionais, incentivados por órgãos públicos e pela sociedade civil, para proposição de políticas públicas adequadas ao semi-árido brasileiro.

O terceiro desafio para fortalecimento do PCSA diz respeito ao conteúdo político do Programa. Há sempre o risco de se cair num “cisternismo”, de ficar acomodado diante de uma solução que pode parecer mágica diante da realidade. A convivência com o Semi-Árido não se restringe aos aspectos hídricos e nem produtivos.

O desafio aqui é pensar o Semi-Árido na sua complexidade para construir propostas de desenvolvimento sustentável enfrentando outros desafios: gênero, agroecologia, geração de renda rural, além da agricultura. Esses novos desafios exigem tempo, estudo, capacitação da equipe do Programa e dos agentes diocesanos que enfrentam problemas de qualificação, de tempo e estrutura disponível.

A intervenção pró-ativa no Semi-Árido requer o aprofundamento sistemático da questão das estiagens, principalmente no que se refere à abordagem dos seus determinantes sócio-econômicos e culturais. A problemática do Semi-Árido exige uma intervenção multidimensional que combine a introdução de tecnologias adequadas às características geofísicas e climáticas locais e, principalmente, à conscientização da população, inclusive dos técnicos, sobre a importância de compreender a dinâmica de uma realidade rica em potencialidades, mas também em problemas. A incorporação do termo *convivência* relativamente a todas as discussões e mobilizações sobre o Semi-Árido é uma significativa conquista para a região. Ainda que não se tenha agentes devidamente capacitados para levar as discussões aos grupos comunitários, diversas terminologias e técnicas já são de conhecimento da população, significando, portanto, que é fato a socialização da preocupação com diversos temas ecológicos que perpassam o modelo de ocupação e produção na região semi-árida.

Para além das obras hídricas é necessário consolidar as práticas educativas de convivência com o Semi-Árido. Muitas vezes a própria cisterna não representa uma alternativa de convivência diante do seu manejo inadequado. As famílias têm dificuldade para manejar e tratar a água,

colocando em risco a saúde, e isso pode colocar em cheque o Programa. Por isso, é necessário articular a construção de cisternas com as ações educativas e de potencialização (empoderamento) da organização comunitária para outras conquistas e realizações que avancem no sentido da convivência com o Semi-Árido, transformando as ações em alternativas da realidade local.

Diante deste desafio, algumas estratégias têm sido construídas nos encontros nacionais do PCSA:

- ◆ Trabalho educativo para a convivência com o Semi-Árido, por meio da continuidade do processo de capacitação em agroecologia, agricultura familiar sustentável e gerenciamento da água das cisternas;
- ◆ Tornar viável as iniciativas de produção, tendo como referência a Economia Popular Solidária no Semi-Árido;
- ◆ Educação contextualizada nas escolas presentes no Semi-Árido;
- ◆ Valorização da perspectiva de gênero na problemática do Semi-Árido, construindo espaços para que homens e mulheres trabalhem de forma integrada.

Avançar na Intervenção nas Políticas Públicas e na Construção do Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido Brasileiro

O PCSA tem proporcionado alguns avanços à Cáritas no que se refere à intervenção nas políticas públicas para o Semi-Árido. A articulação nos fóruns estaduais e regionais (ASA) tem sido uma estratégia correta para o fortalecimento das organizações da sociedade nas reivindicações e negociações com os governos municipais, estaduais e federal. Os resultados ainda são restritos à execução de programas de recursos hídricos.

Um dos principais desafios nesse sentido se refere às parcerias com o poder público para execução das obras hídricas e atividades de capacitação. A parceria no âmbito das políticas públicas remete ao desafio de manter a autonomia da Cáritas e a filosofia do PCSA, evitando que a participação na execução de programas governamentais seja motivada unicamente pela vantagem nos custos das obras.

Além das parcerias, articulações e convênios que possam ser estabelecidos com os diferentes níveis de governo, a estratégia do PCSA de intervenção nas políticas públicas busca fortalecer as capacidades dos sujeitos locais

Um dos principais desafios da Cáritas se refere às parcerias com o poder público para execução de obras hídricas e capacitação no Semi-Árido. A abertura para parcerias com governos é um avanço, mas remete para o desafio de manter a autonomia da Instituição e a filosofia do PCSA.

para o exercício do controle social, a garantia de recursos orçamentários para as ações de convivência, o monitoramento dos programas e recursos públicos, e a participação ativa na implementação dos comitês de bacias hídricas no Semi-Árido.

O Programa de Um Milhão de Cisternas (P1MC), em negociação com o governo federal e a ASA, pode ser uma excelente oportunidade para que milhares de pessoas tenham não apenas acesso à água, mas a informações sobre a realidade e às alternativas para convivência com o Semi-Árido. É importante promover a mobilização das organizações locais para que sejam protagonistas de outras iniciativas que combinem a melhoria das condições de vida com as

perspectivas da convivência na região.

Com base nessas experiências, são sugeridas estratégias para a intervenção nas políticas públicas no Semi-Árido:

- ◆ Metodologias de gestão participativa dos recursos hídricos, assessorando a implementação e funcionamento dos comitês de bacias hidrográficas no Semi-Árido;
- ◆ Intervenção nos conselhos de gestão de educação, saúde, assistência, entre outras, articulando as políticas locais na perspectiva de desenvolvimento sustentável e de melhoria da qualidade de vida no Semi-Árido;
- ◆ Fóruns municipais, regionais e estaduais de articulação, com uma maior participação dos trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações;
- ◆ Construção do P1MC e outros programas de recursos hídricos, contribuindo para a adoção de metodologias que valorizem as ações educativas e de mobilização;
- ◆ Monitoramento de políticas públicas para o Semi-Árido, com destaque para iniciativas previstas no Programa Avança Brasil, no IDH 14 (combate à pobreza do governo federal), no projeto de transposição das águas do rio São Francisco, entre outros;
- ◆ Criação de leis municipais de recursos hídricos, obrigando-se a destinar um percentual do orçamento para a captação e tratamento de água de boa qualidade, priorizando as cisternas de captação de água da chuva;

- ◆ Formulação e gestão de programas e projetos de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF, Reforma Agrária, programas de combate à pobreza etc.), priorizando a adoção das atividades produtivas adequadas à realidade climática do Semi-Árido.

Essas ações combinadas poderão proporcionar um contínuo avanço nas políticas públicas, interferindo na construção de uma proposta de desenvolvimento para o Semi-Árido, com o aproveitamento sustentável de suas potencialidades e com alternativas apropriadas à erradicação da miséria, com a promoção da equidade de gênero e geração. As experiências e conhecimentos acumulados são referenciais imprescindíveis à inovação de concepções e estratégias de um novo modelo de desenvolvimento.

A Cáritas poderá dar uma grande contribuição nesse sentido, com o fortalecimento de práticas solidárias e de cooperação capazes de gerar os impactos necessários à garantia de qualidade de vida para todas as pessoas que residem no semi-árido brasileiro.

Bibliografia

- ARAÚJO, Tânia Bacelar. Dinâmica regional brasileira: rumo à desintegração competitiva? In: OLIVEIRA, M. A. G. *Política e Contemporaneidade no Brasil*. Recife: Bagaço, 1997. p. 245-295.
- ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO - ASA. *Programa de Formação e Mobilização Social Para a Convivência com o Semi-Árido*. Recife: ASA, Agosto/2001.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Seca: o homem como ponto de partida. Análise, pressupostos, diretrizes, projetos e metas de uma política de convivência com a seca do Nordeste*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1999.
- CÁRITAS BRASILEIRA. *Programa El Nino de Ações Permanentes e Emergenciais*. Brasília/DF: Cáritas, 1997. (mimeo).
- _____. *Encontro de Avaliação do Programa El Nino*. Brasília/DF: Cáritas, 1998. (mimeo).
- _____. *Relatório Anual 1998*. Brasília/DF: Cáritas, 1999. (mimeo).
- _____. *Relatório Anual 1999*. Brasília/DF: Cáritas, 2000. (mimeo).
- _____. *Relatório Anual 2000*. Brasília/DF: Cáritas, 2001. (mimeo).
- _____. *Relatório Anual 2001*. Brasília/DF: Cáritas, 2002. (mimeo).
- _____. *Monitoramento do PCSA 1998-2001*. Brasília/DF: Cáritas, 1999. (mimeo).
- EMBRAPA. *Zoneamento Agroecológico do Nordeste: diagnóstico do quadro natural e agrossocioeconômico*. Petrolina: EMBRAPA-CPATSA-SNLCS, 1993. 2v.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV. *O Mapa do Fim da Fome: metas sociais contra a miséria nos municípios fluminenses*. São Paulo: FGV/Centro de Políticas Sociais, 2001.
- GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - GTDN. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. 2ª ed. Recife: Sudene, 1967 (a primeira edição, publicada pela Imprensa Oficial da União, é de 1959).
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Programa Sertão Cidadão: convívio com o Semi-Árido e inclusão social*. Brasília: MDA, 2001. (www.mda.gov.br).
- NETO, Leonardo Guimarães. Trajetória econômica de uma região periférica. *Revista Estudos Avançados*, v. 11, n. 29, jan/abr 1997. São Paulo: USP, 1997. p. 37-54.
- POLETTI, Ivo. Da Indústria da Seca Para a Convivência com o Semi-Árido Brasileiro. In: CÁRITAS; CPT; FIAN. *Água de Chuva: o segredo da convivência com o Semi-Árido brasileiro*. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 09 – 24.
- SOUZA, Itamar de; FILHO, João Medeiros. *Os Degredados Filhos da Seca*. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.

A large, bold white number '2' is centered in the upper left quadrant. The background is a solid dark green, overlaid with several abstract, overlapping shapes in lighter shades of green. These shapes include curved lines and angular polygons that create a sense of movement and depth. The overall aesthetic is modern and graphic.

2

EXPERIÊNCIAS

PROJETO-PILOTO NA SUB-BACIA DO RIO CALHAUZINHO*

GESTÃO PARTICIPATIVA DE RECURSOS HÍDRICOS

**“...No dia que eu tô danado na beira do Calhauzinho
Meu benzim quer me buscar, está com medo de mim
Chora morena. Quando cê for, cê me leva, morena. ...”**
(Canção de domínio popular de Araçuaí)

Melhorar o aproveitamento dos recursos hídricos e a preservação ambiental da sub-bacia do rio Calhauzinho tornou-se o principal objetivo do *Projeto de Gestão Participativa de Recursos Hídricos*, realizado pela Cáritas Brasileira, Regional Minas Gerais. O primeiro passo já foi dado: a construção coletiva de um retrato-realidade da situação das comunidades ribeirinhas

*Trabalhadores
constroem
barragem
subterrânea
da sub-bacia
do rio
Calhauzinho,
em Minas:
esperança de
acesso à água
para
abastecimento
familiar e
produção
agrícola*



* Desenvolvido pelo Regional Minas Gerais da Cáritas Brasileira

para compreender a realidade local. A participação efetiva e direta dos agricultores e agricultoras locais, enquanto atores neste mutirão, foi muito importante em todo o processo. Utilizou-se a metodologia do diagnóstico rápido e participativo como instrumento para a identificação adequada da situação hidrogeoambiental da sub-bacia e sócio-ambiental das comunidades, tendo em vista a elaboração de um plano de desenvolvimento sócio-ambiental e da identificação de ações estratégicas e operacionais que o torne realidade.

O Projeto teve início em março de 2000, com gestão participativa e integrada de diversas entidades: Cáritas Diocesana de Araçuaí, Banco Nacional de Agricultura Familiar, Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Araçuaí, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaí, e Cáritas Regional Minas Gerais como gestora principal. Do ponto de vista político-operacional, teve grande relevância a assinatura do convênio entre a Cáritas Regional Minas Gerais e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – SEMAD. Os recursos financeiros foram provenientes do *Pró-água Semi-árido*, programa vinculado



Vista da barragem do Calhauzinho: projeto objetivo melhorar o aproveitamento dos recursos hídricos e a preservação ambiental da sub-bacia do rio homônimo, em Minas

ao Governo Federal e mantido com recursos da União e do Banco Mundial.

Com este Projeto, um grande esforço tem sido realizado pelas entidades parceiras para identificar, testar, desenvolver e difundir métodos e técnicas de gestão participativa de recursos hídricos e de convivência com o semi-árido ao norte de Minas Gerais.

Compreender a realidade para transformá-la

Elaborado como uma etapa preliminar de intervenção na sub-bacia, o projeto teve como ponto de partida a compreensão da realidade dos habitantes a partir de diagnósticos do estudo hidrogeoambiental. Em seguida, realizou-se a elaboração de um plano de desenvolvimento da sub-bacia. Após essas etapas, aconteceram atividades de devolução dos resultados obtidos às comunidades por meio do teatro. Foram produzidos uma cartilha, um vídeo e realizado um seminário com a participação dos diferentes atores. Todo esse processo gerou uma nova consciência acerca dos recursos naturais da sub-bacia, como demonstra o depoimento de Artur Cândido Filho, da Câmara Municipal de Araçuaí: *“Eu vejo o Projeto como muito importante, pois quando anteriormente se construiu a barragem do rio Calhauzinho, não houve preocupação com o assoreamento da sub-bacia. Esse Programa traz essa preocupação; a visão de todas as famílias preservarem o meio ambiente”*.

As técnicas e métodos inovadores gerados no projeto da sub-bacia do rio Calhauzinho são, do ponto de vista educacional, subsídios importantes para elaboração de planos e programas com participação popular. O processo vivenciado indica para as comunidades e entidades envolvidas um jeito novo de fazer política pública.

A metodologia adotada garantiu a participação dos atores locais nas várias etapas do Projeto: o levantamento de dados, a interpretação da realidade local, em seus aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais, até a busca de soluções para os problemas diagnosticados, indicando projetos e programas que possam melhorar a qualidade de vida dos agricultores com o objetivo de promover o uso sustentável dos recursos naturais. O processo foi aprovado pelos moradores da região: *“Para mim, o ponto forte do processo foi o trabalho realizado pela equipe com a comunidade e a participação dos agricultores familiares, onde cada pessoa colocou aquilo que era problema da comunidade. As pessoas procuraram ouvir aquilo que tinham com o objetivo de colocar na comunidade”*, observou Silvano Ornelas Franca, da Comunidade Tesouras de Cima.

Foi constituído, com a participação de representantes das comunidades e entidades locais, um conselho gestor para articular a implementação de um plano estratégico de desenvolvimento como forma de dar continuidade ao Projeto.

O processo vivenciado na região tem indicado para as comunidades e as entidades envolvidas um novo jeito de fazer política pública. Do ponto de vista educacional, os elementos técnicos e metodológicos inovadores gerados a partir do Projeto são subsídios importantes no processo de elaboração de planos e programas com participação popular. Isso nos leva a acreditar, cada vez mais, na importância desse Projeto para o conjunto das entidades que atuam na bacia do rio Jequitinhonha e em outras regiões do Semi-Árido. Para a Cáritas, essa metodologia participativa será a base para outras iniciativas de gestão de recursos hídricos no Semi-Árido: *“O Projeto se propõe a desencadear uma mobilização da população da sub-bacia em torno da urgência da gestão sustentável dos recursos naturais no Semi-Árido, enfocando os recursos hídricos”*, explica Valquíria Lima, da Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, pontuando que essa população está distribuída em cerca de 1.470 famílias de 23 comunidades.

Resultados e perspectivas

Dentre os resultados alcançados com o Projeto, podemos destacar: o crescimento e, em alguns casos, a iniciação de um processo de mobilização social; o aumento da conscientização e envolvimento das lideranças comunitárias locais; a articulação entre as parcerias; a elaboração de um plano estratégico e participativo de ações para a sub-bacia; o processo de formação de comissões temáticas com as próprias lideranças; a elaboração de indicadores de sustentabilidade e o estabelecimento de dinâmicas participativas de monitoramento e avaliação.

A partir desses resultados, a perspectiva do Projeto é servir de modelo para a implementação da gestão participativa dos recursos hídricos: *“A importância do Projeto Calhauzinho é maior do que o benefício para a região onde está sendo implementado. É a gestão participativa das águas, fruto da discussão iniciada na ECO 92, incluído na Agenda 21, com a criação das leis de recursos hídricos, (...) que têm como princípio a participação da*

sociedade na questão decisória na gestão das águas”, diz Fátima Chagas, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). “Para o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, o projeto-piloto na sub-bacia do rio Calhauzinho serviu para mostrar a viabilidade da disseminação dessa metodologia para o Vale, conscientização e sensibilização de outras sub-bacias e a multiplicação da experiência”, completa.

Para os moradores da região, no entanto, o processo reacendeu a esperança de efetivação das ações necessárias à garantia do acesso à água para o abastecimento familiar e para a produção agrícola: *“Eu acho de grande fundamento esses trabalhos. A região aqui nunca teve essa oportunidade. Primeiro de tudo, eu acho muito importante esse Projeto porque melhora a qualidade da água, que é a fonte de doença maior nossa. Foi feito um plano há 4 anos com abaixo-assinado, que beneficiaria as comunidades, para construção da barragem na cabeceira do Calhauzinho e toda região até o mercado de Araçuaí. Eu vivo lutando para adquirir essa barragem lá; é a maior vida do povo de lá, e só poderíamos conseguir através desses estudos. Graças a Deus agora já está tudo aprovado; essa barragem é a coisa de mais importante”, diz Nasson Vaz da Silva, o Goianinho, da Comunidade das Neves.*

E completa:” Estamos esperando agora que o governo mande recursos para fazer a barragem, pois os técnicos já nos avisaram que os estudos estão prontos. Esperamos que isso vai ser executado imediatamente, pois nós temos necessidade urgente”.

Agradecimentos

Todas as ações desenvolvidas durante o Projeto foram possíveis graças à competência e ao empenho da equipe executiva contratada especialmente para esse trabalho, que transcendeu o profissionalismo e mostrou amor às causas do povo daquele lugar. Nosso agradecimento especial à equipe executiva, por meio de Luiz Augusto Bronzatto (Guto), Daniela Torres Ferreira Leite, Georghetown Melo Nogueira (Geo), Paulo Edson Silva, ao hidrogeólogo Pedro Garcia, à equipe e aos agentes culturais do Grupo Teatral Ícaros do Vale, Josino Medina, Luciano e Grace.

PROJETO FECUNDAÇÃO DE CORONEL JOSÉ DIAS*

A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO PIAUIENSE

A partir dos efeitos provocados pelas constantes estiagens no Semi-Árido piauiense, o Regional Piauí da Cáritas Brasileira vem desenvolvendo, como uma de suas prioridades, o Programa de Convivência com o Semi-árido. Trata-se de um conjunto de ações na área de recursos hídricos, educação ambiental, melhoria de renda e reivindicação de políticas públicas para a região.

Em 2001, a Cáritas começou a implementar uma experiência piloto de convivência com o Semi-Árido no município de Coronel José Dias, localizado ao sul do estado do Piauí.



Sertanejo enche barril com água de poço, em Coronel José Dias (PI). Levantamento da Cáritas constatou que a maioria das fontes de abastecimento do município é inadequada.

* Desenvolvido pelo Regional Piauí da Cáritas Brasileira

As condições de vida no Semi-Árido em Coronel José Dias

O município de Coronel José Dias foi criado em 1992 e está localizado no semi-árido piauiense, a 550 quilômetros de Teresina. O município é composto por 40 localidades. A população é de 4.800 habitantes, dos quais 81% residem na zona rural. A economia é baseada na agricultura de subsistência, tendo como destaque a produção de milho e feijão, além da criação de abelhas e da pecuária de pequeno porte: caprinos, ovinos e aves.

“O projeto de convivência com o Semi-Árido tem tudo para trazer a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento do nosso município. É uma experiência nova para nós, que representa a possibilidade de vivenciarmos uma forma diferenciada em educação, baseada na realidade da população local”.

*José Roberto Silva Costa,
secretário de Educação do município
de Coronel José Dias (PI)*

Outra potencialidade do município é o turismo, pela sua proximidade com o Parque Nacional da Serra da Capivara. Os principais sítios arqueológicos estão localizados em Coronel José Dias.

Um dos principais problemas enfrentados pela população são os períodos prolongados de estiagem, que provocam a escassez de água, a dificuldade de acesso a alimentos, a perda parcial ou total das lavouras e a falta de renda dos trabalhadores e trabalhadoras. O levantamento feito pela Cáritas constatou que a maioria das fontes de abastecimento de água não é adequada. A água é de má qualidade, proveniente de cacimbas, barragens e poços, conforme relata o agente Iran, da Cáritas Diocesana de São

Raimundo Nonato: *“As famílias aqui vivem basicamente da roça, da plantação de feijão, de milho e da criação de pequenos animais (galinha, bode, cabra). Mas a fonte de renda maior é da roça. Assim, quando falta chuva, é uma calamidade total, tanto na questão da água, quanto na questão do alimento e da renda”.*

A construção participativa da convivência com o Semi-Árido

A construção do projeto piloto tem sido uma rica experiência participativa de conhecimento dos problemas e das necessidades básicas do município, e de definição de objetivos, metas e estratégias de ação. Além do planejamento participativo, a metodologia utilizada para a implementação do projeto

compreende a sensibilização de parceiros e a capacitação de agentes multiplicadores nas comunidades envolvidas. Nesse processo, participam ativamente organizações da sociedade civil local, como a Cáritas Nacional, Regional e Diocesana; a paróquia e o poder público municipal.

O que aglutina os diferentes atores é a proposta de se desenvolver uma ação capaz de modificar a atual situação vivenciada pela população daquele município. Para, o secretário de Educação do município de Coronel José Dias, José Roberto Silva Costa, o Projeto tem desafiado e despertado a população para a proposta de convivência com o Semi-Árido: *“Em princípio, é um desafio muito grande para o governo municipal e, principalmente, para a população. Já estamos nessa segunda fase do projeto, de implementação, que requer um trabalho direto com a comunidade. Como membros do governo municipal, o que podemos perceber é um interesse muito grande por parte da comunidade, (...) tem tudo para trazer uma melhoria da qualidade de vida para a população e para o desenvolvimento do município”, diz. “É uma experiência nova para nós, uma possibilidade de vivenciarmos uma forma diferenciada em educação, (...) trabalhando a realidade em que se está vivendo, e com isso aprendendo a conviver com o Semi-Árido”.*



Moradores de Coronel José Dias (PI) retiram água apropriada para consumo humano em cisterna de placas: tecnologia de baixo custo que garante vida mais digna à população.

O sucesso do projeto dependerá das organizações locais, a partir do fortalecimento da participação da sociedade civil na elaboração, implementação e controle social de políticas para o Semi-Árido. Está sendo proposta a criação de um fórum municipal de desenvolvimento sustentável e a formação dos diversos conselhos de gestão de políticas públicas.

A gestão do Projeto será realizada com a participação de diversas entidades parceiras: a regional Piauí da Cáritas Brasileira, a Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato, a Prefeitura de Coronel José Dias, a Igreja local e representações da sociedade civil organizada do município. Esta comissão gestora tem por finalidade deliberar sobre as ações a serem concretizadas pelo projeto e participar das atividades de planejamento e avaliação das atividades no município.

Propostas de convivência com o Semi-Árido

Um dos objetivos do projeto piloto é viabilizar o acesso a estruturas e equipamentos de captação e armazenamento da água da chuva e aproveitamento sustentável dos mananciais hídricos existentes no município. Com essa proposta pretende-se realizar um diagnóstico dos recursos hídricos para a elaboração de plano municipal referente a esse tema. Além disso, será necessário recuperar, equipar e construir obras para captação e armazenamento de água. Essas ações são fundamentais para o município. *“É uma dificuldade se conseguir água potável aqui. Nós dependemos totalmente das chuvas, e muitas pessoas não têm como armazenar a água das chuvas. Então, agora surgiu esta oportunidade, a experiência de cisternas com um custo razoável que tem trazido para as pessoas uma esperança por melhores condições de vida. É um momento muito importante na história dessas comunidades”,* afirma o Pe. Francisco Barroso.

Outra ação importante na área de recursos hídricos é a capacitação de agentes comunitários em tecnologias alternativas de tratamento d'água para o consumo humano. Valdete Oliveira, da Cáritas Diocesana de São Raimundo Nonato, expressa o drama de consumir água sem tratamento: *“A realidade é que na nossa região não existe água tratada pra gente beber. A mesma água que os animais bebem nós também bebemos. Hoje já facilitou um pouco, porque temos cisterna, mas as dificuldades ainda são muitas. Com*

os cursos da Cáritas, a gente está muito satisfeita, porque já podemos praticar o que aprendemos. Estamos com coragem de tratar nossa água para beber e evitar as doenças. A água que a gente pega para dá às nossas crianças é água que os animais bebem e às vezes até urinam e defecam, então, uma água dessa não pode ser limpa”.

O projeto também favorecerá o acesso a recursos e infra-estrutura para o desenvolvimento de iniciativas produtivas apropriadas ao Semi-Árido, favorecendo a melhoria da renda das famílias participantes. As ações produtivas priorizadas são: criação de caprinos e de ovinos, apicultura, beneficiamento de mel, beneficiamento da produção agrícola, produção e comercialização de artesanato.

Além do acesso aos recursos hídricos e apoio a iniciativas produtivas e de geração de renda, o projeto piloto pretende promover a capacitação de agentes de desenvolvimento sustentável do Semi-Árido no município. Para que a população possa conviver com o Semi-Árido é preciso antes todo um processo de construção de conhecimento e novos valores. Por isso se faz necessário capacitar os professores e professoras da rede pública de ensino para introdução da temática da convivência com o Semi-Árido, capacitar agentes comunitários para o desenvolvimento sustentável e realizar ações que mostrem as possibilidades de se viver bem na região.

Uma das intenções da Cáritas com esse projeto piloto é desenvolver e experimentar metodologias de construção e implementação de ações apropriadas à convivência com o Semi-Árido, garantindo a visibilidade e difusão das ações e resultados do projeto, facilitando a sua replicabilidade em outros municípios e contribuindo para o aperfeiçoamento de políticas públicas estaduais e nacionais.

O principal resultado que se pretende com essa experiência piloto no Piauí é realmente (re)aprender a conviver com o Semi-Árido, com a conquista de políticas públicas apropriadas aos ecossistemas e que garantam a qualidade de vida da população sertaneja: *“A nossa situação é muito difícil, porque a gente não tem fonte suficiente pra conseguir água. Temos umas pequenas barragens que se enchem quando chove, mas quando não chove suficientemente a gente sofre muito, porque a gente vai pegar água em locais distantes. Agora com o Projeto Piloto, temos esperança pra mudar nossa vida, porque estamos aprendendo a conviver com o Semi-Árido”, diz Ednalva Oliveira, líder comunitária em Coronel José Dias.*

PROJETO ÁGUA DE CHUVA*

A CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS NO SERTÃO DA BAHIA

O Regional Nordeste III da Cáritas Brasileira é formado pelos estados da Bahia e Sergipe e tem a maior parte de seu território no Semi-Árido. A escassez e a má qualidade da água são os principais problemas que dificultam a vida da família sertaneja na região. O Programa de Convivência com o Semi-árido – PCSA abrange 15 dioceses na Bahia, num total de 284 municípios. Em Sergipe, está presente em duas dioceses, em 33 municípios.

Impulsionada pelas ações da Cáritas no Semi-Árido, a Diocese de Rui Barbosa começou em 1997 a campanha *Água Para Todas as Famílias*. Entre 1998 e 1999 foi realizada uma pesquisa que constatou que mais de



* Desenvolvido pelo Regional Nordeste II (Bahia e Sergipe) da Cáritas Brasileira

59% da população da zona rural da Diocese consome a mesma água que os animais. “O povo bebe dessa água suja, onde animal bebe, menino toma banho. Sempre foi assim, suja”, revela Pedro, um morador de Sítio Queimada.

A pesquisa comprovou também que 21% da população consomem água de boa qualidade, captada do telhado das casas e armazenada em cisternas, o que resulta em melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região. “Antigamente, antes das cisternas, era uma dificuldade. Pra apanhar água era uma mão de obra, a gente nem trabalhava direito pra ir buscar água longe”, lembra Valdelice, da comunidade de Vista Alegre.

A arte de multiplicar a água

Com base nessas constatações, a Diocese de Rui Barbosa vem buscando parcerias com outras entidades nacionais e internacionais para a construção de cisternas familiares. Com isso, entre 1998 e 2001, foram construídas 292 cisternas e mais 81 estão previstas na área de abrangência da Diocese, conforme demonstra o quadro a seguir:

Ano	Nº de cisternas	Nº de beneficiados	Entidades colaboradoras
1998	104	587	Cáritas / PCSA (52) Wels Áustria (52)
1999	80	447	Solidariedade Italiana (26) Wels Áustria (54)
2000	81	283	Wels Áustria
2001	27 81 previstas	40 -	Wels Áustria

Com o Programa Água de Chuva foi criado um fundo solidário e rotativo que busca criar o espírito da solidariedade junto às comunidades. Assim, será possível multiplicar o número de cisternas construídas, fazendo com que as famílias tenham garantido o acesso à água de boa qualidade para o seu consumo.

Casa da comunidade de Lajedo com cisterna de placas ao fundo, em Mundo Novo (BA): alternativa viável para garantir água de boa qualidade à população local



Gerando renda no Semi-Árido

Além do apoio à construção de cisternas, o trabalho conjunto entre a Regional Nordeste III da Cáritas Brasileira e a Diocese de Rui Barbosa tem apoiado também a implementação de projetos produtivos que visam a melhoria de renda das famílias. O quadro abaixo demonstra esses projetos:

Projeto	Grupo/Localidade	Município	Famílias	Apoio
Apicultura	Cortiço de Mel	Mundo Novo	10	Cáritas
	Apiário Florada	Baixa Grande	22	
Ovinocultura	Laginha	Várzea do Poço	12	
	Ribeiro	Bonito	05	
Caprinocultura	Itapoan	Várzea do Poço	06	Pastoral da Criança
	Batateira		06	
	Terra Vida	Rui Barbosa	04	
	Tanque de Dentro	Várzea da Roça	14	
	Grotão	Utinga	10	
	Vista Alegre	Baixa Grande	05	
	Cana Brava	Boa Vista	16	CEAD
Caprinocultura e Energia Solar	Alto Bonito	Utinga	06	Wels Áustria
	Colônia	Itaeté	02	
Banco de Sementes	Sindicato	Ibiquera	-	Cáritas

A construção de parcerias na conquista de políticas públicas

A partir do trabalho educativo para convivência com o Semi-Árido e da disseminação da tecnologia das cisternas, algumas prefeituras começaram a construção de novas unidades e outras estão planejando construir cisternas com recursos do orçamento municipal. Essa é, sem dúvida, uma grande conquista do Programa, viabilizando a sua disseminação e o início da construção de políticas públicas baseadas na convivência com o Semi-Árido.

Uma dessas iniciativas está em andamento no município de Mundo Novo (BA), com o Projeto Água de Chuva, uma parceria entre a Cáritas Regional Nordeste III, a Diocese de Rui Barbosa, a Prefeitura Municipal de Mundo Novo e o Mosteiro do Jequitiba. O diagnóstico da situação das famílias no meio rural revelou que 1.804 famílias têm necessidade urgente de solucionar a situação da falta de água para uso doméstico.

Em junho de 2001, deu-se início às reuniões e assembleias junto às comunidades com o objetivo de fazer crescer a motivação e a mobilização das famílias quanto à necessidade de participação ativa na construção e implementação do Projeto. Até o final de 2001, deverão ser construídas 75 cisternas, 45 pedreiros serão capacitados e 350 famílias serão beneficiadas pelo Programa. Ao final de 2004, o Projeto deverá ultrapassar o número previsto e necessário das 1.804 cisternas.

O sucesso do trabalho educativo e da disseminação da tecnologia das cisternas para captação de água está motivando algumas prefeituras a construir novas unidades com recursos do orçamento municipal. A iniciativa revela importante conquista do Programa Água de Chuva, no sertão baiano, que está viabilizando a disseminação e o início da construção de políticas públicas baseadas na convivência com a região.

PROJETO ÁGUA NA ESCOLA*

A EDUCAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO

Rosângela Alves de Oliveira**

“Ninguém luta contra as forças que não compreende, cuja a importância não mede, cujas formas e contornos não discerne”
(Paulo Freire)

Em 1997, o Censo identificou inúmeras escolas nos municípios atingidos pelas estiagens prolongadas sem nenhum tipo de abastecimento de água. A inexistência de água, seja para beber seja para produção da merenda escolar, resulta no aumento da evasão, na redução da capacidade de aprendizagem e inviabiliza as atividades escolares, dentro e fora da sala de aula. Integrando as ações de combate aos efeitos da seca, o governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC) e da Superintendência

RESULTADOS QUANTITATIVOS

O Projeto Água na Escola, desenvolvido no sertão paraibano, resultou na construção de **241** cisternas de placas e conjuntos cozinha-banheiros em **241** escolas estaduais da zona rural. Isso permitiu aumentar em **3,856 milhões** de litros a capacidade de armazenamento de água potável, além de melhorar o funcionamento das escolas graças à melhoria e ampliação da infra-estrutura hídrica. No processo, foram capacitadas **2.410** pessoas na construção de cisternas e **4.820** em tratamento e gerenciamento da água de beber.

* Desenvolvido pelo Regional Nordeste III (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte) da Cáritas Brasileira

** Rosângela Alves de Oliveira é da Direção Nacional da Cáritas Brasileira, participou da coordenação geral do Projeto Água na Escola e da Rede de Educadores Populares do Nordeste.



Educadores populares capacitam a comunidade para construção de cisternas de placas e de módulos cozinha-banheiro e para uso e tratamento da água de beber

de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criou o *Projeto Água na Escola* como forma de propiciar uma infraestrutura hídrica mínima para o funcionamento das escolas.

Esse texto trata de apresentar algumas considerações a respeito do Projeto Água na Escola, desenvolvido pelas entidades da Articulação do Semi-Árido Paraibano sob a coordenação da Cáritas Arquidiocesana da Paraíba, Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades – PATAC, Serviço de Educação Popular – SEDUP, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

O Projeto foi implementado de setembro de 2000 a abril de 2001, beneficiando 241 escolas do ensino fundamental na área rural, em 80 municípios. Teve como objetivo capacitar pessoas para construção e conservação de uma infraestrutura hídrica básica, resultando na edificação de uma cisterna de placas e de um módulo cozinha-banheiros em cada escola contemplada. Também teve a intenção de capacitar a comunidade escolar sobre uso e tratamento da água de beber, e de promover a interação entre a escola e comunidade para que esta pudesse tornar-se um instrumento de desenvolvimento sustentável com base local.

O Projeto *Água na Escola* teve como um dos grandes desafios resgatar a Escola enquanto espaço de educação pública voltada para o Semi-Árido, articulando elementos como a gestão participativa e as parcerias, a partir da convivência com a região. Os princípios e metodologias da educação popular orientaram todas as ações do Projeto, viabilizando a participação ativa e consciente dos setores populares na construção de novos conhecimentos e na elaboração de alternativas de solução aos seus problemas. É nessa perspectiva que os movimentos sociais têm de certa forma, respaldado a possibilidade de a escola tornar-se espaço de educação popular libertadora e construtora de nova sociedade. Particularmente, a escola pública, pode tornar-se instrumento de inclusão social, que beneficie os excluídos do processo de desenvolvimento socioeconômico.

O Projeto Água na Escola foi uma ação inovadora do ponto de vista da gestão social que conseguiu demonstrar como é possível utilizar bem os recursos públicos com ações de impacto social.

Para implementação do Projeto, foram construídas parcerias e alianças com diversas organizações de base e formadas algumas equipes para sua execução. A primeira, com 15 educadores populares indicados pelas organizações – sindicatos, pastorais, associações de trabalhadores (as) –, foi responsável pelo acompanhamento organizativo, supervisão pedagógica e monitoramento das ações do projeto. Outras duas equipes foram formadas, sendo uma com três assessores técnicos para supervisão das obras e a outra com três assessores pedagógicos, além da coordenação geral estadual. Também foram mobilizados 58 instrutores para a construção de cisternas e 21 instrutores em gerenciamento e tratamento de água.

A gestão do projeto se deu de forma participativa e envolveu os diretores regionais de ensino, professores, diretores das escolas, educadores populares, alunos e pais de alunos. Toda a comunidade escolar teve conhecimento do projeto e pôde participar da discussão e da definição da obra prioritária a ser construída na escola; da indicação dos participantes dos cursos de construção de cisternas, gerenciamento e tratamento d'água; do monitoramento da compra do material¹ e dos momentos formativos. Nesse

1 No convênio firmado, a ASA coordenou toda a parte pedagógica incluindo a mobilização e a contratação de pessoal. A SEC foi responsável pela compra do material por meio dos diretores de ensino e da direção das escolas.



No final dos cursos de construção de cisternas de placas, cada escola teve sua cisterna construída. A comunidade participou efetivamente

sentido, vale destacar os *cursos de gestão*² que foram além das questões operacionais do projeto e serviram como espaço de formação e informação sobre o Semi-Árido e de debater sobre a política de educação estadual na região. O público era composto por diretores (as) das escolas, representantes dos instrutores de cisternas, instrutores dos cursos de gerenciamento e tratamento da água, e representantes de entidades parceiras.

Os cursos de gerenciamento e tratamento da água, além dos informes básicos, trabalharam conteúdos ligados à concentração da água e sua importância para o planeta no futuro próximo. Também tentaram desmistificar a baixa quantidade de chuva como elemento responsável pela miséria na região. Esses cursos foram realizados em todas as escolas, com a participação dos alunos e seus pais, e do corpo docente. Cada curso reuniu 20 pessoas.

2 Os cursos de gestão discutiram de forma mais efetiva a política. Na primeira etapa o tema foi : Convivendo com Semi-árido. Na segunda etapa foi : A Educação e as Políticas Públicas para o Semi-árido. Os cursos de Gerenciamento e Tratamento d água procurou trabalhar o enfoque na questão hídrica.

Os cursos de cisternas de placas foram realizados com dez pessoas por comunidade, com duração de seis dias. No final, cada escola teve uma cisterna construída. Esse foi o momento onde ocorreu o maior envolvimento e participação das bases. Onde a relação comunidade/escola se fez de forma mais efetiva. Além da tecnologia de construção, os conteúdos trabalhados foram: a importância das tecnologias apropriadas para a região; o cuidado com os equipamentos³ públicos; a questão de gênero na escola e no Semi-Árido; a gestão dos recursos públicos e valor das pequenas obras hídricas.

Os resultados alcançados foram considerados satisfatórios. É difícil expressar os resultados político-educacionais alcançados, mas basta dizer que a realização do Projeto Água na Escola foi uma ação inovadora do ponto de vista da gestão social, na qual se conseguiu demonstrar como é possível utilizar bem os recursos públicos com ações de impacto social.

Em termos quantitativos, foram construídas 241 cisternas de placas e conjuntos cozinha-banheiros em 241 escolas estaduais, na zona rural. Isso permitiu aumentar em 3,856 milhões de litros a capacidade de armazenamento de água potável, além de melhorar o funcionamento das escolas graças à melhoria e ampliação da infra-estrutura hídrica. No processo foram capacitadas 2.410 pessoas na construção de cisternas e 4.820 em tratamento e gerenciamento da água de beber.

Essa melhoria permitiu e poderá permitir a diminuição do problema da falta d'água nas épocas de estiagens prolongadas para aproximadamente 4,820 mil famílias, que passaram a ter na escola uma fonte de água potável para abastecimento emergencial. A perspectiva é de que, em médio e longo prazos, haja uma melhoria no estado de saúde da população a partir do controle das doenças transmitidas pela água contaminada, assim como a irradiação das cisternas de placas.

Outro resultado importante é a continuidade do processo iniciado. A assinatura de um novo convênio vai possibilitar fazer o monitoramento dessas ações e desencadear um processo de discussão com a SEC sobre a

3 As comunidades ficaram com um conjunto de formas para fazer as cisternas, sob a responsabilidade de uma entidade local.

possibilidade de realizar uma experiência piloto de trabalhar a convivência no Semi-Árido por dentro da escola.⁴ Nesse sentido, é importante destacar a contribuição da Secretaria de Educação do Estado que se colocou à disposição do trabalho, mesmo com todos os limites da máquina burocrática estatal. Este exercício nos fez entender as contradições da realidade e sua importância para o processo de transformação social.

Finalmente, o Projeto Água na Escola levou para dentro da Articulação do Semiárido Paraibano a discussão da educação popular e a escola formal. Inicialmente, houve uma grande dúvida se a ASA deveria ou não assumir esse tipo de projeto, o que revelou outra vez o dilema sobre os papéis sociais. Depois do encerramento da primeira fase do projeto, a avaliação feita pela ASA é que esse é um espaço que precisa ser melhor aproveitado. Para isso, foi formada uma comissão de educação⁵ que conta com a participação de 15 entidades da Articulação.

Esperamos que esse processo iniciado com o Projeto Água na Escola possa contribuir para construção de novos valores de convivência no semi-árido paraibano e ser um instrumento de construção de uma escola nova, orientada para a inclusão social.

4 Essa está sendo uma batalha difícil com a SUDENE. Somente depois de quase um ano é que o convênio foi assinado com a ASA, após se terceirizado pelo SEBRAE. Essa conquista foi resultado de uma grande mobilização, com abaixo-assinado das diretoras das escolas, entidades, bispos, entre outros.

5 A ASA tem na estrutura organizacional a coordenação estadual, e as comissões temáticas: Comissão de Sementes, Água e agora da Educação.

FÓRUM CEARENSE PELA VIDA DO SEMI-ÁRIDO*

Uma das estratégias de ação da Cáritas Brasileira no semi-árido brasileiro é o fortalecimento das iniciativas organizativas e solidárias da sociedade civil para o aumento de sua capacidade de intervenção nas políticas públicas. Nesse sentido, uma das principais iniciativas dos regionais da Cáritas tem sido a articulação e a animação de fóruns do Semi-Árido.

O Fórum Cearense pela Vida do Semi-Árido surgiu em 1999, a partir da *Campanha da Solidariedade pela Vida, contra a Fome e a Exclusão*, realizada em 1998 em razão do agravamento da fome e da miséria das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais no sertão do Ceará. Com a criação do Fórum, intensificou-se o debate sobre as potencialidades, as problemáticas e as alternativas de convivência solidária e sustentável com o semi-árido cearense.

Durante a Semana da Água, as entidades que compõem o Fórum podem divulgar experiências e propostas referentes à convivência com o Semi-Árido.



* Criado pelo Regional Ceará da Cáritas Brasileira

Resgatando a caminhada: a Campanha de Solidariedade pela Vida, Contra a Fome e a Exclusão

Em 1998, o Ceará conviveu com mais uma grande estiagem. Foi a 25ª do século XXI, atingindo 250 mil famílias de 170 dos 184 municípios do estado. A perda da produção chegou, em média, a 85%. As chuvas ficaram abaixo da média histórica. Segundo dados da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE, a fome e a exclusão social levaram à realização de 40 saques, 30 ocupações e 71 manifestações em todo o estado.

Foi nesse contexto que várias pastorais sociais, organismos, ONG's, entidades sindicais e movimentos acolheram a proposta da Cáritas Brasileira Regional Ceará, de lançar no estado uma campanha de solidariedade, com caráter político-educativo e emergencial, voltada para mobilizar recursos, alimentos e apoiar as mobilizações de trabalhadoras e trabalhadores atingidos pela estiagem. Os atores sociais articulados pela Cáritas aderiram à proposta e batizaram a iniciativa de Campanha de Solidariedade pela Vida, contra a Fome e a Exclusão. A Campanha voltou-se inicialmente para o socorro às famílias golpeadas pela fome e sede, assumindo posteriormente a realização de obras de infra-estrutura hídrica e ações de caráter político-educativo, contribuindo com a construção de uma nova visão sobre o Semi-Árido.

O Fórum Cearense pela Vida do Semi-Árido - FCVSA, é fruto de uma nova consciência que despertou o compromisso das entidades de continuarem trabalhando de forma sistemática na região, pondo fim a uma forma de intervenção caracterizada por ações emergenciais descontínuas e sem objetivos estratégicos.

Da Campanha de Solidariedade ao Fórum Cearense pela Vida do Semi-Árido

A experiência político-educativa vivenciada em 1998 produziu uma reflexão e uma nova consciência sobre o Semi-Árido, possibilitando a redescoberta de seus habitantes e de suas potencialidades culturais e ambientais. A metodologia de intervenção na região era caracterizada, principalmente, por ações emergenciais descontínuas e sem objetivos estratégicos. Essa

consciência despertou o compromisso das entidades de continuarem trabalhando de forma sistemática no Semi-Árido.

Em 1999, as entidades fundaram e organizaram o Fórum Cearense pela Vida do Semi-Árido - FCVSA, uma articulação permanente de pastorais sociais, organismos, movimentos, sindicatos e ONGs¹, voltada para a reflexão e a proposição de alternativas sustentáveis e acessíveis à população sertaneja. Os objetivos do Fórum são: contribuir para uma nova visão sobre o Semi-Árido, a partir de suas problemática e potencialidades; identificar e divulgar experiências positivas de convivência com o Semi-Árido e ampliar a capacidade da sociedade civil na proposição e monitoramento das políticas públicas para a região.

A Semana da Água tornou-se iniciativa permanente do Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido: em 2001, o tema do evento foi a privatização da água



¹ Entidades participantes do Fórum: Cáritas Brasileira Regional Ceará / ESPLAR / Comissão Pastoral da Terra / Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra / IMOPEC / Central Única dos Trabalhadores / Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza / Agência de Notícias Esperança / Pastoral dos Migrantes / Comunidades Eclesiais de Base / Secretariado Arquidiocesano de Pastoral / FETRAECE / Instituto Sertão / Instituto Florestan Fernandes / CIPAT / CETRA / Instituto Cristão de Estudos Contemporâneos – ICEC / Obra Kolping Estadual-Ce/ ABRAÇO-CE/ CAA/ CATAVENTO/ Fundo Cristão/ SINDIÁGUA/ GACC.

Fruto das reflexões e partilhas de experiências, o Fórum lançou a campanha *Nenhuma Família Sem Água de Qualidade*, que difundiu a tecnologia da cisterna de placas. A Campanha contribuiu para mobilizar apoios e deflagrou a luta por políticas públicas adequadas à região, colocando no centro do debate político a discussão sobre o modelo de desenvolvimento do Semi-Árido.

Outra iniciativa do Fórum tem sido a realização da *Semana da Água*, com atividades políticas e pedagógicas na qual as entidades divulgam suas experiências e proposições na linha da convivência com o Semi-Árido. Em 2001, o eixo temático da Semana foi a privatização da água, com o objetivo de mobilizar a sociedade contra um projeto de lei que tramita no Congresso Nacional.

Conquista de políticas públicas: o Fórum e o Programa 1 Milhão de Cisternas – P1MC.

Desde 1999, o FCVSA tem participado ativamente da Articulação do Semi-Árido Brasileiro – ASA, consolidando a estratégia de articulação nacional para disseminação de alternativas de convivência com a região. A ASA vem elaborando, com o Ministério do Meio Ambiente, um programa para construção de 1 milhão de cisternas no semi-árido brasileiro.

O Fórum no Ceará assumiu a realização de vários eventos de articulação e de elaboração de diagnósticos e diretrizes para o P1MC no que se refere à gestão, capacitação, comunicação e à mobilização social. Em 2001, ocorreu a implantação de um projeto-piloto nos municípios de Irauçuba e Itapipoca, no Ceará, com atividades de sensibilização, construção de parcerias locais, realização de diagnóstico sócio-econômico e ambiental de comunidades, realização de cursos de gestão de recursos hídricos e construção de 73 cisternas.

Atualmente, as atenções estão voltadas para a implementação do Projeto de Transição do P1MC, que prevê a construção de 12.400 cisternas² nas

2 No Estado do Ceará serão construídas 1.810 cisternas

áreas mais atingidas pela estiagem, envolvendo também ações de capacitação, comunicação, mobilização social e a implantação das unidades gestoras do Programa.

Perspectivas e desafios do FCVSA

A experiência educativa do FCVSA revela como é possível reunir conhecimentos, recursos, pluralidade de concepções e experiências num mutirão interinstitucional voltado para a compreensão da realidade do Semi-Árido e para a definição de objetivos e projetos estratégicos nos quais prevalecem os interesses sociais mais amplos das trabalhadoras e dos trabalhadores, principalmente dos setores excluídos da sociedade.

Para a sua consolidação, o FCVSA deve enfrentar alguns desafios entre os quais destacam-se: a necessidade de consolidar uma metodologia de intervenção no Semi-Árido; a criação e o fortalecimento de fóruns regionais como articulações estratégicas para uma atuação efetiva e de base nos municípios cearenses; a capacitação das entidades que integram a articulação, visando garantir uma gestão transparente e participativa do P1MC e a atuação político-educativa voltada para a proposição de políticas para o Semi-Árido.

Apesar dos desafios, o Fórum é hoje uma referência política e social no estado do Ceará, sobretudo pelo seu compromisso com a vida dos povos que habitam no Semi-Árido.